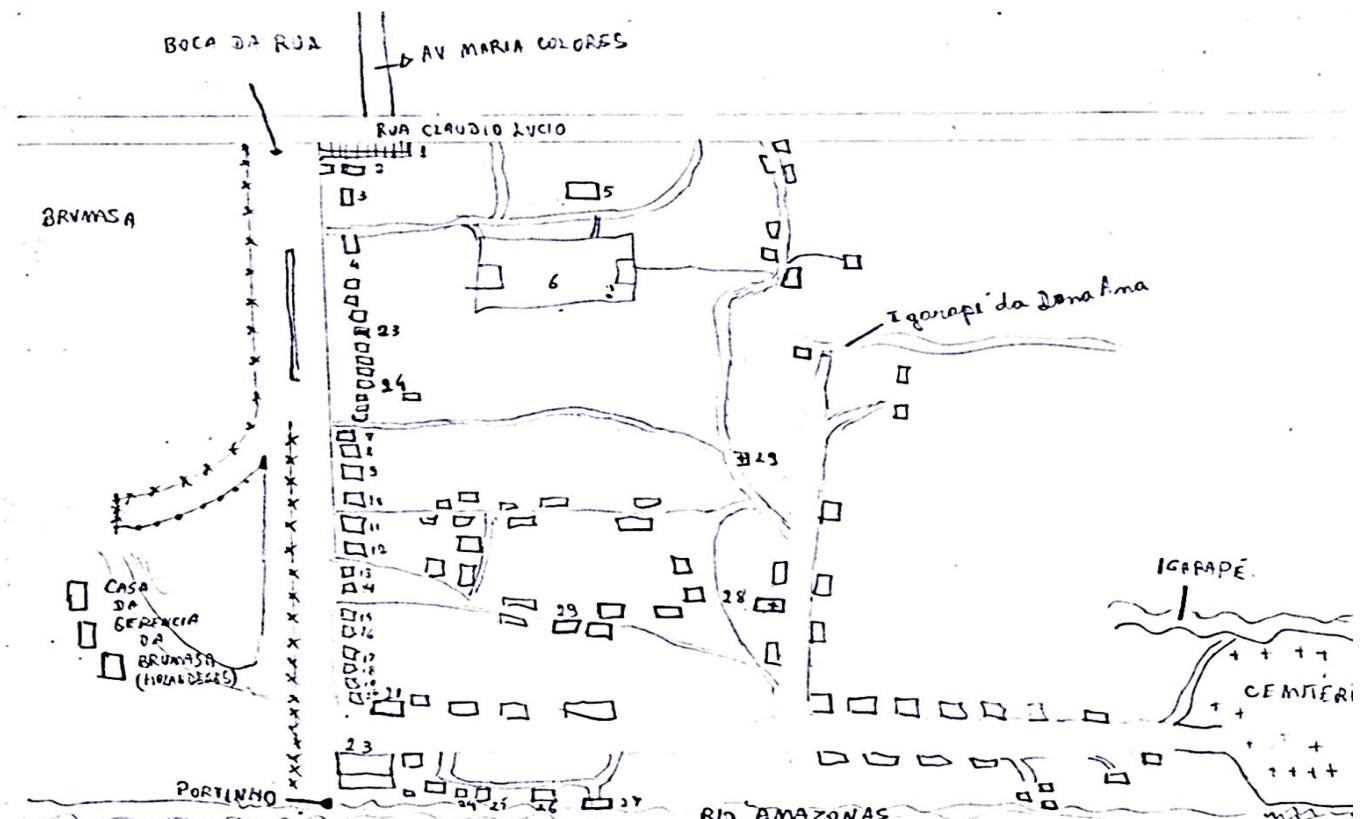


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARYJARA SANCHES PENA

**Patrimônio e Memória: a vila Cutaca e os
silêncios na história de Santana-AP**



Macapá
2024

MARYJARA SANCHES PENA

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: A vila Cutaca e os silêncios
na história de Santana-AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, oferecido pela Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Rocha Silva.

Linha de Pesquisa: **Saberes históricos em diferentes espaços de memória.**

**Macapá
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP

Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

P397 Pena, Maryjara Sanches.

Patrimônio e Memória: a vila Cutaca e os silêncios da história de Santana / Maryjara Sanches Pena. - Macapá, 2024.

1 recurso eletrônico. 108 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação Profissional em ensino de História, Macapá, 2024.

Orientadora: Ana Cristina Rocha Silva.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Patrimônio. 2. Memória. 3. Identidade. I. Silva, Ana Cristina Rocha, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá . III. Título.

CDD 23. ed. – 907.2

ATA DE BANCA DE DEFESA PÚBLICA

Macapá, 25 de março de 2024.

Banca Examinadora

Prof^a Dra. Ana Cristina Rocha Silva - UNIFAP
Presidente e orientadora

Prof^a Dra. Carmentilla das Chagas Martins - UNIFAP
Examinadora interna

Prof^a Dra. Elke Daniela Rocha Nunes - UNIFAP
Examinadora externa ao PPGPEH

Prof^a Dra. Célia Souza da Costa- IFAP
Examinadora externa ao PPGPEH

Prof. Dr. David Júnior de Souza Silva - UNIFAP
Examinador interno - Suplente

DEDICATÓRIA

Aos moradores antigos da vila Cutaca, pelo compartilhamento de suas memórias e pela contribuição na produção desta dissertação.

AGRADECIMENTO

A Deus por me conceder saúde para concluir o mestrado profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA.

À minha família pela compreensão da minha ausência, quando cursei as disciplinas do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, ofertado pela Universidade Federal do Amapá (PPGPEH/UNIFAP).

À minha orientadora Profa Dra. Ana Cristina Rocha Silva, por me aceitar como orientanda, pelo seu olhar atento na execução das etapas da pesquisa, pelas suas orientações, mas principalmente, por me apoiar com a escolha do tema de estudo.

Aos moradores antigos da vila Cutaca: dona Lurdinha, seu Antonino, o senhor Jurandir, seu Antônio, seu Izídio, a senhora Juraci, Maria Ferreira e Izabel Bezerra, que sempre foram solícitos e generosos em compartilhar suas memórias.

Aos colegas que conheci durante o PROFHISTÓRIA e que compartilharam seus saberes e permitiram trocas de experiências enriquecedoras sobre o ensino de História.

Ao corpo docente do PROFHISTÓRIA/UNIFAP, pelo carinho, pela atenção e a valiosa contribuição intelectual durante a oferta das disciplinas obrigatórias e optativas, para minha formação continuada.

Ao meu vizinho Laércio Rodrigues por me motivar a pesquisar novamente a vila Cutaca.

Ao professor Serginho Guedes, que gentilmente colaborou com essa pesquisa, apresentando-me o croqui de vila Cutaca.

À Thaina Rodrigues da Silva, pelas suas habilidades artísticas, o que possibilitou representar as memórias dos moradores entrevistados por meio de desenhos na “HQ da história da vila Cutaca”, que foi o produto educacional da pesquisa.

À Biblioteca Central da UNIFAP do Campus Marco Zero do Equador pelo serviço online de catalogação desta dissertação.

“A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais e da distinção entre a realidade e a representação da realidade expressa nas gravuras, desenhos, gráficos, mapas, pinturas, esculturas, fotografias, filmes e discursos orais e escrito” (Brasil, 1998, p. 32).

RESUMO

Nesta dissertação, apresentamos as memórias de moradores antigos da vila Cutaca, uma povoação situada nas margens do rio Amazonas, localizada no município de Santana. Na década de 1970, em meio às estratégias de escoamento dos produtos produzidos no Território Federal do Amapá e no contexto da construção de um porto fluvial, a população ribeirinha que habitava a vila Cutaca foi remanejada para uma outra área de Santana. O remanejamento deu origem ao primeiro bairro planejado pelo Poder Público no Distrito, o qual foi denominado de Nova Brasília. Apesar de estar presente nas memórias dos mais velhos, a vila Cutaca foi invisibilizada pelo discurso de modernização. O resultado evidencia discussões sobre memória, identidade e patrimônio, por meio de uma História em Quadrinho que foi o produto educacional desta pesquisa, para instigar reflexões sobre o conceito de modernidade e suas repercussões em relação aos valores, tradições, saberes, fazeres e modos de vida locais. O produto educacional contribui com o ensino da história local para a Educação Básica, busca o fortalecimento das identidades e a percepção/valorização das memórias dos moradores antigos da vila Cutaca.

Palavras chave: Patrimônio, Memória, Identidade, Ensino de História.

ABSTRACT

In this dissertation, we present the memories of old residents of the village Cutaca, a village located on the banks of the Amazon River, located in the municipality of Santana. In the 1970s, amid the flow strategies of products produced in the Federal Territory of Amapá and in the context of the construction of a river port, the riverside population that inhabited the village Cutaca was relocated to another area of Santana. The relocation gave rise to the first neighborhood planned by the Public Power in the District, which was called Nova Brasília. Despite being present in the memories of the elders, the village Cutaca was made invisible by the discourse of modernization. The result evidenced discussions about memory, identity and heritage, through a Comic Book History that was the educational product of this research, to instigate reflections on the concept of modernity and its repercussions in relation to the values, traditions, knowledge, and local ways of life. The educational product contributes to the teaching of local history for Basic Education, and seeks to strengthen the identities and the perception of the memories of the old residents of Cutaca village.

Keywords: Heritage, Memory, Identity, History Teaching.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMCEL	Amapá Celulose
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRUMASA	Bruynzeel Madeiras S/A
ICOMI	Indústria, Comércio e Mineração
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PBNE	Programa Biblioteca na Escola
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PCNHG	Parâmetro Curricular Nacional de História e Geografia
PCNH	Parâmetro Curricular Nacional de História
PPGPEH	Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
RCA	Referencial Curricular Amapaense
TFA	Território Federal do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Área onde situava-se a vila Cutaca, agora bairro Novo Horizonte

Figura 2 – Casas de madeira, cobertas com palha, situadas na vila Cutaca

Figura 3 - Casa da família da senhora Maria de Luerdes Façanha Guedes em vila Cutaca

Figura 4 – Croqui da vila Cutaca

Figura 5 – Jovens no campo de futebol em vila Cutaca

Figura 6 - Porto de vila Cutaca, nas margens do rio Amazonas

Figura 7 - Bairro Nova Brasília, no início de sua formação no ano de 1978

Figura 8 - Planta urbanística do bairro Nova Brasília, 1977

Figura 9 - Vista aérea do bairro Nova Brasília

Figura 10 - Início da HQ da história da vila Cutaca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL.....	17
1.1. Ensino de História: abordagens metodológicas.....	17
1.2. Novas perspectivas para o ensino de história.....	20
1.3. História Local no currículo escolar.....	23
1.4. Uso e potencialidades da história local.....	26
CAPÍTULO 2 - IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.....	29
2.1. Santana: um breve histórico.....	29
2.2. A vila Cutaca.....	31
2.3. Bairro Nova Brasília.....	42
2.4. Estudos de lugares esquecidos das cidades e a identidade de grupo sociais.....	49
2.5. Memórias silenciadas dos moradores de vila Cutaca.....	52
2.6. Patrimônio: (re) significações de lugares das cidades.....	55
CAPÍTULO 3 - ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	58
3.1. Metodologia e inserção dos professores na pesquisa.....	59
3.2. Aspectos teóricos e metodológicos sobre a construção das HQs.....	61
3.3. As histórias em quadrinhos como recursos didáticos para a educação básica.....	66
3.4. História em Quadrinho da história da vila Cutaca: Um produto educacional.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIA.....	74
APÊNDICE.....	81
Apêndice A - Parecer nº 6.639.326/2024 - CONEP.....	81
Apêndice B - Roteiro para as entrevistas individuais.....	85
Apêndice C - Roteiro para criar a História em Quadrinhos.....	86
Apêndice D - Termo de Consentimento e Livre Esclarecido.....	90
Apêndice E - HQ da história da vila Cutaca.....	91
Apêndice F - Proposta de plano de aula para o ensino de História.....	103
Apêndice G - Proposta de plano de aula interdisciplinar.....	104
Apêndice H- Croqui da vila Cutaca.....	106

INTRODUÇÃO

A minha infância sempre foi recheada de histórias contadas por meus avós sobre os lugares por onde eles passaram. Assim como muitas famílias da sociedade amapaense, meus familiares também se aventuraram nessa cidade em busca de empregos. Na década de 1970, ao fixar moradia em Santana, na vila Maia, observei o crescimento e a desocupação de vilas habitadas nesse município. Ou seja, cresci escutando diversas histórias, dentre elas a de uma vila chamada Cutaca. Recordo que as primeiras histórias que ouvi sobre essa vila foram contadas por parentes próximos, e, já adulta, comecei a ter contato com antigos remanescentes dessa localidade.

De acordo com os relatos repassados por conhecidos, essa vila ficava em um local próximo das estruturas construídas pela Indústria Comércio de Minérios (ICOMI). Segundo as histórias que costumavam me contar, esse lugar foi sendo ocupado por diversas famílias vindas do interior e de outros estados, as quais eram atraídas pela oferta de empregos nas diversas empresas instaladas no Amapá. Essa ocupação espontânea em Santana acarretou na formação da vila Cutaca, situada nas margens do rio Amazonas.

Por ser uma vila ribeirinha, seus habitantes foram transferidos para outro espaço urbano, no ano de 1978. Esse episódio culminou com o surgimento do bairro Nova Brasília, onde moro com minha família. Segundo moradores antigos, este foi o primeiro bairro planejado pelo poder público, em Santana. Mas embora estas histórias instruam sobre o processo de crescimento da cidade, elas pouco aparecem nas fontes oficiais que abordam a história do município. Assim, em geral, estão restritas às memórias das pessoas mais velhas, encobertas pelo discurso de modernidade que povoam as fontes escritas, quando o assunto é o processo de expansão de Santana-AP.

O meu interesse em pesquisar o município que moro iniciou em 2010, quando ingressei na graduação, no curso de Licenciatura em História. A realização deste curso foi possível por meio do Programa do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A escolha do meu objeto de pesquisa me levou para o remanejamento dos moradores da vila Cutaca. A atração pelo assunto se deu pelas divergências entre os relatos que tratavam da transferência dos moradores dessa vila e o discurso de modernização de uma área na vila Maia.

Nesse processo, contei com uma importante ajuda para o encaminhamento e conclusão da pesquisa sobre a vila Cutaca, que foi minha colega do curso de História, Maria Eliana Paixão Oliveira. Ela me incentivou nos primeiros estudos sobre a vila Cutaca. Outra importante

contribuição para a realização desta pesquisa foi da nossa orientadora do PARFOR, a Profa. Dra. Elke Daniela Rocha Nunes, que me conduziu a pesquisar sobre essa vila, a partir do funcionamento da ICOMI. Seus vastos conhecimentos sobre essa mineradora foram fundamentais para a compreensão e análises sobre o surgimento de localidades que ficaram à margem desse projeto, incluindo nesse debate a vila Cutaca.

Assim, considerando meu interesse pela história de Santana, outras inquietações surgiram. Nesse processo, percebi a ausência da História Local no currículo escolar da instituição em que atuo como docente, a Escola Estadual de Ensino Militar Afonso Arinos de Melo Franco. Essa escola situa-se na área portuária de Santana, nas proximidades de onde existia a vila Cutaca. Mesmo estando tão perto do lugar que outrora ficava a vila, e apesar de possuírem parentes próximos que dela remanesceram, os estudantes da Escola Estadual Professor Afonso Arinos de Melo Franco (EEPAAMF) não conhecem o passado do território em que vivem.

Essas observações ficaram ainda mais pertinentes com a retirada da disciplina Estudos Amapaenses e Amazônicos (EAA) do currículo escolar do estado do Amapá. Sendo assim, o meu ingresso no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), por meio da Universidade federal do Amapá (UNIFAP), em 2022, foi o fator preponderante para que essas questões suscitadas pudessem ser objeto de estudo no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História - PPGPEH/UNIFAP. Nesse sentido, a escolha do tema para esse trabalho foi: Patrimônio e memória: a vila Cutaca e os silêncios da história de Santana.

Vale ressaltar que, a construção do objeto de pesquisa articula-se aos debates das áreas de Ensino de História, Memória e Patrimônio de Grupos Sociais. Todos os pontos destacados seguem na linha de pesquisa “Saberes Históricos em diferentes espaços de memória”. Partindo do princípio que o ensino não ocorre somente dentro do ambiente escolar, ele pode se desenvolver em diferentes espaços como bairros, praças, ruas, etc.

Pelo exposto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as histórias silenciadas dos moradores de vila Cutaca e sua relação com o processo de modernização do Território Federal do Amapá, no período de 1970 a 1980. Destacamos como objetivos específicos a) Compreender sobre patrimônio a partir das memórias silenciadas dos moradores do bairro Nova Brasília; b) Resgatar as histórias silenciadas de Santana por meio das memórias dos moradores remanescentes da vila Cutaca; c) Produzir uma história em quadrinhos sobre a trajetória da transferência dos moradores da vila Cutaca, a fim de revelar as histórias silenciadas do município de Santana-AP.

Diante disso, pelo seu potencial de sustentar um discurso que evidencie histórias que foram silenciadas pelo discurso oficial, buscando atrair a atenção de estudantes para temáticas relacionadas ao município que eles pertencem. Essa pesquisa por ser voltada para o ensino de História, torna-se pertinente um estabelecimento que respeite as proposições curriculares no que compete à Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) e o Referencial Curricular Amapaense - RCA (Amapá, 2019).

O estudo foi construído a partir do método qualitativo e, para além de pesquisa bibliográfica, contemplou entrevistas e levantamento documental, com destaque para fotografias, plantas e croquis. As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturadas com perguntas preestabelecidas para oito (08) antigos moradores da Vila Cutaca. Em conformidade com os ensinamentos de Bogdan e Biklen (1994), as perguntas das entrevistas foram pensadas para gerar um conjunto de dados e palavras capazes de revelar as perspectivas dos respondentes. Em vista disso, o projeto de pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil e no Comitê de Ética da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, sendo aprovado pelo parecer nº 6.639.326 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde - CNS no Brasil (**Apêndice A**).

No que tange ao referencial teórico desta pesquisa em Ensino de História, dialogamos com vários pesquisadores. Em se tratando do ensino de História e História Local, destacam-se: Bittencourt (2008), Caimi (2013), Schmidt (2012), Nadai (1993) e Barros (2013). Para as análises relacionadas ao Território Federal do Amapá, citam-se: Nunes (2018) e Lima (2006). Sobre as discussões envolvendo memória, encontramos suporte em Pollak (1998) e Nora (1997). Para as questões relacionadas ao conceito de patrimônio, Fonseca (2005), Lemos (2006), Meneses (2004), Horta (2005) e Pesavento (2008) foram referências importantes. Finalmente, os estudos de Bonifácio (2005), Santos e Vergueiro (2012) contribuíram para o planejamento e para a criação do produto educacional.

A dissertação foi escrita e organizada em três capítulos, cujo seu desenvolvimento debate sobre ensino de História e a formação de áreas espontâneas em Santana-AP. O primeiro capítulo “Ensino de História e História local” discute a constituição da disciplina de História como componente escolar na Educação Básica. Na Seção 1.1 “Ensino de História”, abordam-se as propostas curriculares implantadas no Brasil.

Na Seção 1.2, “Novas perspectivas”, foram destacadas reflexões sobre as mudanças na legislação educacional, e como tais mudanças afetaram o processo de aprendizagem histórica. Por sua vez, com o objetivo de promover reflexões sobre protagonismo dos alunos frente aos

assuntos estudados, estão presentes na Seção 1.3 “História local no currículo escolar”, na qual descrevemos os temas de estudo deste eixo temático da pesquisa.

Por fim, na Seção 1.4 “Uso e possibilidades da História Local em sala de aula”, apresentamos a problematização sobre a necessidade de usar temas mais próximos da realidade escolar, visando um ensino significativo. Essas considerações sugerem caminhos possíveis para o desenvolvimento das aulas presenciais de História, para incluir temáticas locais no ensino e aprendizagem de História.

Para o Capítulo 2 “Patrimônio, Memória e Identidade”, o foco centrou-se no processo que culminou com a transferência dos moradores antigos da vila Cutaca. Considerando que essa transferência acarretou na criação do primeiro bairro planejado de Santana, antes de mencionar esse episódio, buscamos citar informações sobre a formação do município de Santana.

Na sequência, na Seção 2.1 “Santana: um breve histórico”, foi apresentado alguns elementos sobre a colonização dessa região, fato que fomentou o desenvolvimento da cidade e sua autonomia como município do Estado do Amapá. A esse respeito, constatou-se que, em geral, o desenvolvimento de Santana é visto a partir da ótica do maior empreendimento já instalado neste Estado, a ICOMI. Esses pontos se encontram na Seção 2.2 “A vila Cutaca”, que além dessas ponderações, conta também com os relatos dos moradores antigos dessa vila. Assim, suas memórias se tornam um importante instrumento para a compreensão da transferência para outro espaço.

Ainda no que se refere a esta localidade urbana, o tema foi abordado na Seção 2.3 “O bairro Nova Brasília”. Tais reflexões nos mostram por meio da perspectiva dos antigos moradores como essa mudança de espaço urbano afetou a rotina deles. Em seguida, na Seção 2.4, “Lugares esquecidos das cidades e a identidade de grupos sociais”, as discussões partem da mudança da rede urbana em virtude da instalação de grandes projetos, processo que transformou a cidade, acarretando no esquecimento de lugares já habitados por grupos que mantiveram um laço de identidades.

Na Seção 2.4, “Memórias silenciadas dos moradores de vila Cutaca”, destacam-se as manifestações das memórias das pessoas, de maneira a situar como suas lembranças ficaram apagadas e silenciadas pelo discurso oficial. Para finalizar, na Seção 2.5 “Patrimônio (re) significações de lugares das cidades”, a análise enfocou a valorização de grupos sociais como bens a serem preservados, a partir de um novo olhar para o significado de patrimônio.

No Capítulo 3, “Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa”, nossa atenção foi para a metodologia adotada para realizar a pesquisa na área de Ensino de História. Nesse sentido, na Seção 3.2, “Aspectos teóricos e metodológicos sobre a construção das HQs”, são elencados

fatores importantes para trabalhar com recursos didáticos que atraem a atenção dos estudantes para o ensino. E foi pensando nessa atração que este estudo optou pela elaboração de uma História em Quadrinhos (HQ) como produto educacional a ser apresentado.

Essa construção necessitou de estudos acerca desse tipo de produto e de seu uso nas aulas de História, na Educação Básica. Para a criação da HQ, o enredo foi centrado na transferência dos moradores de vila Cutaca, a partir das perspectivas dos moradores entrevistados nesta pesquisa. Essa referência é ressaltada na Seção 3.1, “Metodologia e a inserção do professor pesquisador”, na qual apresentamos as proposições da BNCC para os professores de História da Educação Básica (Brasil, 2018).

1. O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL

No Capítulo 1, escrevemos a respeito da constituição da disciplina de História com base nas fontes selecionadas para este debate, o que teve influência das mudanças na sociedade brasileira e da renovação do saber historiográfico, e a análise centra-se na História Local.

1.1. ENSINO DE HISTÓRIA: ABORDAGEM METODOLÓGICAS

Por muito tempo, a proposta curricular de História privilegia uma pequena parcela da população. Como destaca Bittencourt (2018, p. 127), o ensino de História era centrado em “[...] um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realização de ‘grandes homens’”. Os conteúdos trabalhados em sala de aula se encaixavam em uma única visão de sociedade, apenas aqueles considerados importantes nesse contexto.

Essa visão unilateral de sociedade perdurou por muito tempo nos currículos escolares. Nesse panorama, segundo Mathias (2011) cabia ao ensino de História situar cada indivíduo em seu determinado lugar na sociedade. Ademais, ao considerar-se que a nação havia sido erigida por grandes homens, restava a “[...] seus descendentes o fardo de conduzir o país em direção ao progresso” (Mathias, 2011, p. 42).

Para Mathias (2011), o ensino de História tinha como missão evidenciar esses grandes personagens, cujas realizações foram essenciais para a constituição da nação brasileira e seus feitos seguiam uma ordem cronológica baseada no desenvolvimento econômico. Para os demais

grupos sociais, sobravam efêmeras menções, e em geral, quando esses grupos eram retratados, a eles predominava um único papel: a de mão de obra.

Assim, os currículos escolares foram sendo formados com inúmeros silêncios em relação às histórias. A este respeito, Nadai (1993, p. 149), comenta ao citar a obra “A história Vigiada” de Ferro (1989), que esses silêncios fazem referências à escravidão africana, à população pobre, à indígena, bem como aos processos de resistência desses povos diante da dominação europeia. Em outras palavras, por constituírem em suas histórias, os seus personagens que não se enquadram no modelo prevalecente, eles foram subjugados nos currículos escolares.

Nas palavras de Nadai (1993, p. 149), guiado por essa dinâmica, “[...] o fio condutor do processo histórico centralizou-se assim, no colonizador português e, depois, no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas”. Em vista disso, nos programas curriculares da disciplina História, há o protagonismo de uns e o apagamento de outros. Durante o período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), essa lógica continuou, mesmo com as mudanças curriculares da disciplina em tela.

Desse modo, a seleção de episódios significativos e dos grandes nomes do passado da nação seguiu moldando a construção curricular. Além disso, subjacente a esse constructo, estava a intenção de consolidação de uma identidade nacional única e notadamente branca. Portanto, quando mencionados, os indígenas os e negros são retratados conforme a visão do colonizador (Mathias, 2011).

Assim, em muitos livros, o indígena é apresentado com características rudes, o negro como objeto e com função única, isto é, de realizar trabalho braçal. Por longos anos, essas distorções justificaram a seleção dos conteúdos explorados nas aulas de História. Já durante o período da Ditadura Militar, segundo Schmidt (2012), a ideia do *Social Studie*, de influência norte-americana, subtraiu a autonomia das disciplinas História e Geografia, amalgamando-as nos chamados Estudos Sociais. Fundada na interdisciplinaridade, essa junção prejudicou a abordagem de temas próprios da História.

Na análise de Schmidt (2012), oficializada pela Lei nº 5.692/1971, essa perda de autonomia constituiu uma política pública para a educação brasileira. Capitaneada no governo do General Emílio Garrastazu Médici, tal política vislumbra um ensino calcado no civismo. Assim, professores tiveram que se adequar às novas propostas de ensino, inseridas de modo arbitrário. Segundo a mesma autora, a obrigatoriedade do ensino de Estudos Sociais durou de 1964 a 1984, período em que os docentes da área sofreram muitas perseguições e censuras.

Em vista disso, emergiram movimentos de resistência e de luta pelo retorno do ensino de História nos currículos escolares. Ocorridos sobretudo no período de redemocratização do país, esses movimentos configuraram um novo episódio na construção da disciplina em pauta (Schmidt, 2012). Com enfoque contrário à lógica do civismo, a luta pelo retorno de uma disciplina autônoma inaugura aquilo que Mathias (2011, p. 45) denomina como o “tempo de repensar”. Nessa direção, defendia-se o fim do Estado autoritário e o fortalecimento de uma educação ao serviço da sociedade democrática.

Ainda conforme Mathias (2011), alinhado à abertura do período democrático, a defesa pelo ensino autônomo de História manifestava as novas demandas da sociedade, a qual reivindicava uma renovação na legislação educacional do Brasil a partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No ano seguinte, tornou-se público os Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia (PCNHG), com o fim de orientar os professores que trabalhavam nos anos finais do Ensino Fundamental (Brasil, 1997), e, vinte anos depois, a BNCC (Brasil, 2017). Assim, as disciplinas História e Geografia foram reconhecidas como disciplinas autônomas nestes documentos da Educação Brasileira.

Em harmonia com os objetivos da LDB e com os PCNH, a História passou a evidenciar os grupos sociais que antes estavam às margens. Para Bittencourt (2018, p. 142), essa nova abordagem provocou mudanças significativas no ensino da disciplina. Ao ter-se em vista os compromissos assumidos em favor de uma cidadania democrática, conteúdos vinculados às contribuições de povos indígenas e quilombolas passaram a ser introduzidos, e fortalecidos pelas Leis nº 10.639/03¹ e nº 11.654/08².

Contudo, há de se reconhecer que ainda há um longo percurso para a garantia da aplicação das leis brasileiras. A respeito destas leis, de acordo com Bittencourt (2018), os livros didáticos de História ainda reproduzem narrativas brancas e eurocêntricas. Nesse sentido, apesar de ter instrumentos legais que reconhecem os direitos dos povos indígenas e de descendência africana, estes não são abordados de maneira adequada nos currículos escolares. Porém, quando citados, é comum ficarem relegados à uma unidade dos livros didáticos, portanto, os profissionais da educação enfrentam desafios, quando se deparam com os materiais didáticos que estão disponíveis nas escolas.

¹ A Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática: História e Cultura Afro-Brasileira.

² A Lei nº 11.645 de 10 março de 2008 tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio.

Nesse cenário de mudanças para o ensino de História, novos questionamentos emergem, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia - PCNHG (Brasil, 1997, p. 25),

Os métodos tradicionais de ensino têm sido questionados com maior ênfase. Os livros didáticos, difundidos amplamente enraizados nas práticas escolares, passaram a ser questionados em relação aos conteúdos propostos. A simplificação dos testes, conteúdos carregados de ideologias, os testes ou exercícios sem exigência de nenhum raciocínio são apontados como comprometedores de qualquer avanço que se faça no currículo formal. Dessa forma, o ensino de História atualmente está em processo de mudanças substantivas em seu conteúdo e método.

Nesse processo de mudanças no ensino de História e de renovação historiográfica, valoriza-se um ensino pautado na construção da historicidade das comunidades estudantis. A partir de aulas carregadas de significados para os mesmos, defende-se conteúdos capazes de explorar as realidades e problemas locais. Nessa perspectiva, Barros (2013, p. 6), comenta que os conteúdos possuem “[...] papel central no processo de ensino-aprendizagem e sua seleção e escolha deve estar em consonância com as problemáticas sociais marcantes em cada momento histórico”.

Por certo, essas abordagens ainda não são predominantes na Educação Básica, evidenciando que o ensino dinâmico não depende apenas do professor de História. Antes, a efetivação dessa dinamicidade exigia políticas públicas e instauradoras de dignidade para as Comunidades Escolares, as quais exemplificamos: acesso à moradia, à saúde, aos empregos e aos serviços públicos de qualidade, bem como remuneração e carga horária de trabalho justas.

1.2. NOVAS PERSPECTIVA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Guimarães (2014) instiga reflexões sobre o propósito de estudar História. Para a autora, História é vida e conhecimento, ela possibilita ver a construção da presença humana na terra. Além disso, a mesma aponta que as pessoas fazem história o tempo todo e em todos os lugares. Sob esse prisma, essa constante produção de fazer história permite a compreensão do mundo vivido e dá subsídios para a construção do mundo desejado.

Por meio da implementação da nova BNCC (Brasil, 2017), pretende-se que o ensino de História se torne significativo. Assim, as mudanças em curso estão centradas sobretudo na aprendizagem dos alunos. A partir da nova legislação, vislumbra-se que os estudantes tenham maior protagonismo na escola e desenvolvam competências, habilidades específicas e visão crítica em relação aos assuntos estudados.

No que se refere ao conhecimento histórico, este “não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhando de uma série de documentos que comprovem sua existência” (Bittencourt, 2008, p. 183), pois a mesma autora adverte que o conhecimento histórico não pode ficar restrito apenas ao que já foi escrito nos documentos oficiais. Em outras palavras, é preciso relacionar o fato que se estuda aos sujeitos que o produziram para entendê-lo, o que depende de explicação, interpretação e análise (Bittencourt, 2008).

Por não constituírem verdades absolutas, os fatos deverão provocar nos alunos um posicionamento diante do que está sendo trabalhado em sala de aula. Essa perspectiva para o ensino deve também guiar os temas estudados em sala de aula. Logo, a fim de abordar questões que rotineiramente não compunham os currículos escolares, novos sujeitos são inseridos nesse processo de aprendizagem. A esse respeito, Guimarães (2014, p. 50) analisa que:

Nessa nova mudança de concepção, os sujeitos não são mais homens, e sim todos: homes e mulheres, ricos e pobres, negros, índios, brancos, governantes e governados, patrões e empregados. A História não é feita apenas por atores individuais, mas pela classe trabalhadora, pelos militantes. A História nova preocupa-se também com os acontecimentos do cotidiano da vida humana [...].

Dessa maneira, o currículo de História abre um leque de possibilidades para visibilizar sujeitos que eram vistos como irrelevantes para o ensino, pois, por meio dessa nova abordagem, vários grupos puderam ser destacados. A inclusão desses novos sujeitos na proposta de ensino para a disciplina de História objetiva favorecer a participação de alunos, em sala de aula. Ao refletir sobre esse tipo de abordagem metodológica, Mathias (2011, p. 47) enfatiza que, por meio dela, os estudantes tornam-se:

[...] aptos a pensar a História e não apenas a decorar nomes e datas, o aluno deveria, pois, defender suas ideias e mais importante, deter a habilidade de modificá-las quando pertinente [...]. Com a introdução de novos temas, o ensino de História angariou a tarefa de capacitar o aluno a questionar sua própria historicidade e refletir sobre a natureza histórica do mundo, noutros termos, torná-los críticos.

A defesa de Mathias (2011), sinaliza um esforço para a desconstrução do ensino tradicional. Nessa empreitada, a História está voltada para as necessidades da sociedade e o seu ensino pode abandonar verdades absolutas e incorporar novas concepções. Segundo Guimarães (2014), tudo isso tem um foco: a promoção do ensino significativo e a aprendizagem centrada no diálogo. Esse tipo de ensino explora o conhecimento prévio dos estudantes, de maneira que esses possam ser compartilhados, discutidos e ampliados com a ajuda dos professores.

Denominada de método dialético por Bittencourt (2008), essa dinâmica de condução da participação dos alunos nas aulas instiga a promoção de diálogos contrários. De acordo com a autora, um confronto de opiniões estimula a participação nas aulas de História, bem como colabora para a ampliação de perspectivas sobre os assuntos.

Considerando essa lógica, a BNCC (Brasil, 2017, p. 416) defende que “[...] o ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Assim, de acordo com a BNCC (Brasil, 2017), o ensino de História pode se desenvolver a partir do estudo e questionamentos acerca do presente, ou seja, o enfoque não é apenas o passado, mas aquilo que é pertinente no presente e que consegue provocar o interesse em estudos sobre o passado. Essa relação presente/passado viabiliza a compreensão de que o ensino de História está conectado com os acontecimentos que permeiam a realidade dos estudantes.

Como salienta a BNCC (Brasil, 2017), essa visão do ensino de História objetiva provocar nos estudantes uma “atitude historiadora”, para que percebam que a História não possui verdades absolutas, ou seja, pelo discurso da BNCC pode-se entender que os autores que a elaboraram, esperam que os estudantes se tornem protagonistas no ensino de História, isto é, não devem se limitar ao papel de receptores um saber histórico pronto e acabado.

Ao refletirem sobre isso, Caimi e Oliveira (2014, p. 97) reiteram a importância de o professor estar ciente que, “[...] para ensinar história a João, é preciso entender de ensinar de História e de João”. De acordo com estas autoras, existem conteúdos tão importantes quanto o domínio de conhecimentos específicos. Por esse motivo,

[...] a formação precisa simultaneamente, propiciar um sólido conhecimento da matéria a ser ensinada, o que implica conhecer a matéria e a estrutura do conhecimento histórico - e desenvolver conhecimentos pedagógicos que permitem ao professor mobilizar estratégias e recursos que transformem os conhecimentos científicos em saberes ensináveis, precisa, ainda, reconhecer em que consiste a tarefa de aprender, do ponto de vista do aluno (Caimi; Oliveira, 2014, p. 97).

Considerando os fatores expostos, a aprendizagem histórica não ocorre de maneira isolada, necessita de outros domínios nesse conjunto de saberes. Nos termos de Caimi (2006, p. 21), “[...] o domínio dos conhecimentos históricos a ser ensinado pelo professor não é condição suficiente para garantir a aprendizagem dos alunos”. Para a autora, a promoção da aprendizagem sólida não exige somente o conhecimento profundo das especificidades da disciplina. Mais que isso, demanda a compreensão do processo cognitivo dos estudantes.

Para Barros (2013, p. 7), “[...] a aprendizagem de metodologias apropriadas para a construção do conhecimento histórico é essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo”. Conforme o autor, o uso de metodologias mais dinâmicas no ensino favorece a construção do senso crítico dos alunos. Isso porque eles passam a observar com outras perspectivas os processos que ocorrem ao seu redor. Ademais, além de se percebem como sujeitos que também produzem história, eles compreendem que suas histórias também são importantes para o ensino de História.

1.3. HISTÓRIA LOCAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

A oportunidade de trabalhar com a disciplina de História tem me provocado algumas inquietações na Educação Básica. Na sala de aula, a partir da vivência escolar, tenho observado o pouco interesse dos estudantes do ensino fundamental pela História Local. Este fato também percebi na disciplina Estudos Amazônicos e Amapaenses, que aborda questões sobre a Amazônia e o Amapá.

Com a implantação da BNCC e do Referencial Curricular Amapaense - RCA (Brasil, 2018; Amapá, 2019), essa disciplina deixou de fazer parte da matriz curricular do Amapá. Por meio dela, os alunos tinham acesso aos temas regionais e locais, mesmo quando a disciplina era ofertada, a história do município de Santana ocupava lugar periférico no currículo e, quando tinha vez, era abordada sob a égide da ICOMI.

Desse modo, discursos oficiais sobre a instalação da mineradora, a construção das vilas operárias, da estrada de ferro, do porto e demais estruturas construídas pela empresa sempre prevaleceram na seleção dos conteúdos sobre a história de Santana. Elementos como a composição social, cultural e estrutural da cidade, bem como a contribuição de moradores e de trabalhadores comuns não ganham o destaque merecido.

Em que pese as boas intenções da BNCC para com o ensino significativo, a história local, compreendida aqui como história regional, sempre teve papel secundário na educação, conforme salienta Bigoto (2017, p. 7):

A História Regional nunca teve grande importância nos guias curriculares, desde quando a disciplina de História começou a ser lecionada nas faculdades até as décadas recentes. O ensino brasileiro sempre priorizou a História Nacional e deixou de lado o que poderia ser a possibilidade de conhecer as peculiaridades das regiões e dos Estados Brasileiros.

Em um país de proporções continentais como o Brasil, a ausência da história regional nas aulas inviabiliza a compreensão de particularidades, de dinâmicas e processos específicos das realidades locais. Favorecida pelas discussões surgidas na França, em 1929, cujo movimento maior é conhecido na historiografia como a Nova História, a história local (ou regional) oferta um olhar mais plural e dinâmico aos grupos sociais (Silva, 2013).

Influenciada sobretudo pelas discussões empreendidas no âmbito da *Escola dos Annales*, a história local valoriza o uso de novas fontes e de objetos de estudo, e tratando de temas relacionados aos grupos sociais postos nas margens, e depois tornando-se assuntos nas aulas de História (Caimi, 2006). Em outras palavras, situando o espaço dado à história local, ao longo da trajetória do ensino de História.

Durante o regime militar, quando a História e a Geografia perderam autonomia e foram integradas a abordagem sobre o entorno dos alunos no primeiro ciclo nos Estudos Sociais (Schmidt, 2007), o que se denominava Integração Social, entendida como “[...] do estudo do meio mais próximo e mais simples, deslocando-se, depois, para o mais distante e mais complexo” (Schmidt, 2007, p. 171). Nesse ciclo inicial, as temáticas trabalhadas deveriam inserir contextos mais próximos dos alunos, a fim de discutir questões referentes à família e a escola.

No decorrer das transformações políticas e do processo de redemocratização política do país, novos caminhos foram traçados. Busca-se, assim, uma renovação. De acordo com Bigoto (2017, p. 6):

No fim dos anos 80 e por toda a década dos anos 90, ocorreram confrontos de ideias e propostas que mobilizaram profissionais e professores que buscavam novas referências para a disciplina de História no Brasil. Um desse referencial era interagir o aluno com a sua história local, da sua comunidade, do seu Estado. Hoje nas escolas de ensino médio a História Regional se resume a pinceladas de algum fato histórico e a História Local.

Assim, na Educação Brasileira, na década de 1990 foram elaborados e implantados os PCNHG (1997). Na interpretação de Schmidt (2007), neste documento, a história local passou a ser explorada a partir de eixos temáticos, e para as séries mais avançadas, a história local era compreendida como possibilidade metodológica, visando o fortalecimento do aluno e seu pertencimento a certos grupos sociais.

Para os eixos temáticos aplicados nos primeiros ciclos de alfabetização, intenciona-se um estudo de contexto mais próximo da vida dos alunos. A este respeito, Caimi (2010, p. 69), destaca que “[...] os estudos de história local constituem como ponto de partida da

aprendizagem histórica”. Assim, o ensino pretendia favorecer uma observação sobre o entorno dos alunos, isto é, temas que envolviam a família e a escola.

Nos PCN's, segundo Bigoto (2017, p. 6) é apresentada uma reflexão que trata também da questão abordada por Caimi (2010), que é a seguinte: “[...] como os alunos podem ter acesso ao conhecimento da História, através do convívio social e familiar”. Na avaliação de Bittencourt (2008), esses temas têm como finalidade identificar que o passado como objeto de estudo, também se faz presente nos espaços de convívios dos alunos. Assim, estes autores levam-nos a refletir que a aprendizagem da história local se torna uma referência para o processo de construção de identidades de indivíduos, e considerando os seus grupos de pertença.

De tal modo, no primeiro ciclo, o estudo da história local possibilita a percepção de uma aprendizagem fundamentada na realidade dos alunos, evidenciando a diversidade de grupos sociais. Já no segundo ciclo (6º ao 9º ano), conforme ressalta Caimi (2010), prevalecem os temas gerais. Os temas locais somente são estudados “[...] quando são expressivos no contexto da história nacional e no Ensino Médio, apenas quando a escola opta por estudos regionais” (Caimi, 2010, p. 70).

Com base em Nunes (2020, p. 4), nesse contexto, “[...] a História Local tem sido considerada por este conjunto de circunstâncias e, por algum tempo, uma categoria desvalorizada, ignorada e até mesmo evitada”. No mesmo sentido, Dagostin e Dal Molin (2022, p. 6) asseveraram que é “[...] percebível uma desvinculação do local em favor do geral no decorrer das etapas de ensino”.

Depreende-se das autoras, que a formação desse cenário se associa ao domínio da lógica capitalista em se tratando da Educação Brasileira, o que privilegia narrativas centradas em nomes de homens ou pessoas públicas já conhecidas na História Brasileira, enquanto que as contribuições de grupos minoritários são silenciadas.

Outro aspecto a ser considerado é que a história local sempre fez parte dos currículos escolares na Educação Brasileira, porém sua utilização ficou mais evidente nos anos iniciais. Para os demais anos da Educação Básica, os assuntos eram pautados na percepção da história geral e nacional, e com base nos autores e reflexões já citadas, é fundamental que a história local e temas relacionados aos cotidianos também devem ser ensinados nas instituições de ensino, principalmente, pelas possibilidades que oferecem em visualizar as transformações possíveis por homens comuns (Bittencourt, 2008), ou seja, o cotidiano pode ser um objeto de estudo na escola.

Assim, não é exagero reafirmar que, uma vez inserida no currículo escolar, a história local se constitui um “[...] instrumento idôneo para a construção de uma História mais plural,

menos homogênea, que não silencie as especificidades”, conforme aponta Schmidt (2007, p. 174) sobre os estudos de (Ossana, 1994), destacado na obra: “Uma alternativa en la enseñanza de la História: o enfoque desde el local, lo regional”. Portanto, as contribuições visam um estudo de especificidades que notadamente não são abordadas dentro do ensino de História, com os quais apresentam grandes possibilidades para fomentar os conhecimentos históricos.

1.4. USOS E POTENCIALIDADES DA HISTÓRIA LOCAL

Ao propor o uso de metodologias diferenciadas nas aulas de História, busca-se fomentar um ensino mais dinâmico, capaz de instigar a curiosidade e incentivar a participação dos alunos perante os conteúdos estudados. Há muito tempo, por meio da renovação historiográfica, debate-se uma nova diretriz que tenha como finalidade uma aprendizagem mais significativa para os alunos.

Para Caimi (2010, p. 60), os pesquisadores do ensino “[...] têm defendido uma história diferente, uma história cujo papel consiste em orientar os sujeitos a pensarem historicamente”. Essa nova concepção para o ensino de História busca estimular o pensamento crítico dos alunos. Ressaltando que os conteúdos têm um importante papel, pois valorizam a vivência dos alunos, pois a história local se tornou uma possibilidade para promover uma aprendizagem mais significativa.

Para Schmidt (2007, p. 174) essa perspectiva facilita “[...] a construção de problematizações, de apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História”. Esses novos olhares possibilitam com que o ensino seja pautado nas diversidades de grupos sociais que fazem parte de nossa sociedade.

Já Barros (2009, p. 3), defende que, ao se tornar foco de atenção para os historiadores, “[...] o local tem se mostrado um âmbito muito rico para a prática e as escolhas historiográficas”. Nesse paradigma, o local é estudado sob a ótica da Geografia. A aproximação com essa disciplina escolar favoreceu os estudos sobre lugares do entorno dos alunos, conceitos como região e espaço começaram a ser inseridos em análises na História.

Ainda a este respeito, Barros (2009, p. 1) acrescenta que “[...] a história local é uma realidade no quadro geral de modalidades historiográficas contemporâneas, notadamente no Brasil – país de vasta extensão territorial. Para o autor, o estudo a partir da história local favorece análises de áreas que rotineiramente não costumamos observar. Uma vez que o Brasil, é um país com território continental, onde o estudo em História compreende apenas uma visão geral dos aspectos estudados.

Ademais, Schmidt (2007, p.174), complementa que “[...]o trabalho com espaços menores pode facilitar o estabelecimento de continuidades e diferenças, evidências de mudanças, de conflitos e permanências”. Dessa maneira, essa metodologia se destaca por permitir ao aluno realizar um estudo a partir do que é conhecido por ele. Posteriormente, possibilita ao professor estabelecer relações com questões mais abrangentes.

Para Nunes (2020, p. 4), “[...] a história de caráter mais geral ressalta as semelhanças e homogeneíza o discurso historiográfico, entretanto, não dá conta das especificidades dos lugares”. Portanto, “[...] é no pequeno espaço que se escondem os detalhes, as experiências invisíveis e as singularidades ao passo que uma história de caráter geral se limitaria apenas a perceber as semelhanças existentes” (Nunes, 2020, p. 15). Assim, o estudo de determinados temas pelo viés histórico local abre um leque de possibilidades, no que tange a uma compreensão de particularidades pouco perceptíveis em conteúdos mais amplos.

Além disso, Caimi (2010, p. 64) ressalta que “[...] dentre as principais potencialidades da história local/regional se destaca a possibilidade de dar evidência a fontes, temas e sujeitos que não tiveram visibilidades na chamada “macro-história”. Assim há de se considerar que em se tratando do uso de fontes no ensino de História, por muito tempo prevaleceram as fontes oficiais nas pesquisas, isto é, documentos de arquivos públicos. Contudo nesse cenário de renovação historiográfica, a possibilidade de utilização de outras fontes para o ensino de História, que contribuem para a problematização de assuntos estudados em sala de aula.

Assim, diversas fontes puderam ser inseridas para os estudos de temas relacionados à história local, que por muito tempo foram consideradas irrelevantes, a exemplo de documentos de arquivos públicos e particulares, livros de ata, jornais, monumentos, fotos, entrevistas, livros de memorialistas, filmes, músicas, dentre outras (Silva, 2013). Ao analisar o uso da história local, Schmidt (2007, p. 172) faz um alerta para o perigo dessa perspectiva ser alimentada pelo estudo da realidade imediata. Como se apenas ela possuísse utilidade para o conhecimento e problematizações históricas.

A esse respeito, Romero citado por Schmidt, 2007, p. 173) adverte:

É importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, as chaves de sua própria explicação. Ademais, ao se propor o ensino de História Local como indicativo da construção da consciência histórica, não se pode esquecer de que, no processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referência relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação às identidades locais, nacionais, latino-americanas e mundiais.

Em vista disso, ao abordar contextos em uma escala mais reduzida, seja ela um bairro, uma vila ou um município, as análises precisam estar em consonância com uma perspectiva

global. Dessa maneira, é mais fácil perceber as mudanças e permanências dentro do processo historiográfico. Por seu turno, isso favorece a formação de alunos mais atentos e críticos para com os processos relacionados ao lugar vivido.

Contudo, como sabemos os currículos escolares já chegam prontos e selecionados para os professores, com assuntos já definidos para cada etapa do ensino. Como estratégia para driblar esses caminhos pré-estabelecidos, muitos docentes inserem os conteúdos da história local, ação docente que para Silva (2013), possibilita uma relação com fatos de lugares da vivência dos estudantes.

Além disso, Schmidt (2007, p.174), comenta que a história local “[...] favorece recuperar a vivência pessoal e coletiva dos alunos e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser analisada e retrabalhada”. Por conseguinte, os temas estudados na aula de História ganham significados relevantes, e permitem, ainda, que os lugares de pertença dos estudantes sejam conectados ao conteúdo dos livros didáticos.

A efetivação dessas possibilidades provoca um ensino dinâmico e crítico, e de acordo com interpretação de Silva (2013) evidencia-se a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, além de aproximar o historiador do seu objeto de estudo. Também, a narrativa passa a incorporar os fenômenos históricos da região, ou seja, relativos aos municípios.

Desse modo, a inserção da perspectiva local nas aulas de História abre caminho para outras possibilidades na aprendizagem historiográfica. Para Bittencourt (2008, p. 168), a aprendizagem da história local “[...] tem sido indicada como necessária para o ensino, por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos espaços de convivência”.

Segundo Dagostin e Dal Molin (2022), o aluno adquire maturidade e rompe com análises superficiais, adquirindo uma criticidade que se serve do local para articular a compreensão de processos mais amplos. Assim, os conteúdos de história incluem sujeitos e abordagens que não aparecem nos livros didáticos. Um outro autor contribui com esta discussão, quando adverte que:

É necessário que o ensino da História Regional e Local seja revisto nos guias curriculares escolares, pois é uma ferramenta de ensino que possibilita a compreensão sobre a importância e a preservação do patrimônio cultural regional e local além de colaborar na formação das identidades, já que o território brasileiro é imenso e agrupa uma grande quantidade de diferentes culturas (Bigoto, 2017, p. 8).

Portanto, a problematização de temas da realidade do aluno é um caminho oportuno para aulas dinâmicas e atraentes, pois ao notabilizar indivíduos e fatos ocultos nas narrativas históricas, essa problematização favorece a identificação e identidade de pertencimento em relação ao que é analisado.

2. IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

2.1. FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA

Até se constituir um município pertencente ao estado do Amapá, a história de Santana esteve atrelada com a da capital, Macapá. Emancipado somente em fins do século XX, o município de Santana foi Distrito de Macapá até o ano de 1987. Juntamente com o então Distrito de Serra do Navio, a cidade teve centralidade na implantação do projeto ICOMI. Por sua localização estratégica, em seu espaço foi construído o porto para o embarque do minério de manganês trazido de Serra do Navio.

Contudo, a formação de Santana se recua no tempo e está relacionada com a colonização portuguesa na Amazônia. Iniciada no século XVII, a ocupação da região faz parte do contexto de conquista e exploração do território (Arruda, 2022). Considerado ponto estratégico, o Cabo Norte era um território cobiçado. Sob o domínio português, suas terras precisavam ser ocupadas. Com esse propósito e por destacar-se pela atividade de resgatar indígenas, em 1753, Francisco Portilho de Melo planejou o deslocamento de mais de 700 indígenas para a vila de Macapá.

Saito (2023) descreve Francisco Portilho como um foragido da lei e acusado de tráfico de escravizados pelo então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Capitão-General Mendonça Furtado. Segundo Muniz (1916), ao mudar de plano durante o descimento dos indígenas, Francisco Portilho conduziu os indígenas para a foz do rio Matapi, na então denominada ilha de Sant'Anna. Assim, no local, formou-se um povoado e a mão-de-obra indígena foi utilizada tanto na construção de fortificações como na agricultura. Os números indicados por Muniz (1916), dão conta de uma população de 383 indivíduos, todos indígenas.

Em vista dessa trajetória, documentos históricos citam a ilha de Sant'Anna desde o século XVIII. De acordo com Lima (2013), o povoado contava com a presença de portugueses, de mestiços vindos do Pará, bem como dos indígenas Tucujus, trazidos do Alto rio Negro. Vale destacar que o nome escolhido para essa ilha foi uma homenagem à Nossa Senhora de Santa Ana, dada a devoção de Portilho pela santa (Saito, 2023).

Por conta dos aldeamentos empreendidos, esse Francisco Portilho enfrentou vários problemas com o governo do Grão-Pará. Contudo, a partir de acordos, os conflitos foram se resolvendo, até o ponto de ele obter o título de Capitão e Diretor do povoado de Sant’Ana de Macapá. Todavia, a população que ali residia enfrentou muitos problemas, sendo transferida para a outra margem do rio. Já do outro lado, o aldeamento foi elevado à categoria de povoado por Mendonça Furtado (Marinho; Santos, 2015).

Apesar dos obstáculos enfrentados pelos colonos, o espaço foi se desenvolvendo durante o século XVIII. Desse modo, a ocupação e o povoamento da Ilha de Santana foram importantes para a constituição da cidade, uma vez que os habitantes dessa localidade, juntamente com os migrantes vindos de outros lugares, deram início à composição do território que se constituiu o município de Santana (Saito, 2023). Assim, esse primeiro núcleo populacional iniciado no século XVIII com um povoamento tímido foi crescendo e, hoje, possui a segunda maior população em número de habitantes do estado do Amapá.

Para Lima (2013), a descoberta de manganês em Serra do Navio, a criação do Território Federal do Amapá e a implantação do projeto ICOMI foram os principais fatores que implicaram no crescimento demográfico de Santana. Portanto, foi nas décadas de 1940 e 1950 que o Distrito passou a se desenvolver com mais robustez. Nos termos de Saito (2023), a criação do TFA, em 1943, e a implantação do projeto ICOMI, em 1953, representam dois grandes marcos na história do Amapá.

Tais eventos provocaram mudanças significativas nos âmbitos político, econômico, social e cultural de Santana. Com uma população acostumada a uma vida ribeirinha, a criação do TFA e a ICOMI resultaram na transformação econômica e urbanística do local, o qual passou a ter em seu espaço o desenvolvimento de núcleos populacionais (Saito, 2023). Conforme Lima (2013), entre os primeiros núcleos urbanos de Santana estão: a vila Toco (bairro Comercial), a vila Maia (bairro Central) e a área conhecida como Piçarreira.

Em virtude das demandas econômicas do TFA, Santana passou por intervenções urbanísticas, a reordenação e o remanejamento de núcleos populacionais, demandas que estavam ligadas à instalação de novas empresas no Distrito por volta da década de 60 do século XX. A este respeito, Saito (2023), registrou em sua pesquisa que em 1969, a Bruynzeel Madeiras S/A - BRUMASA foi instalada no TFA; já na década de 1970, chegou a Amapá Celulose S/A - AMCEL; e a presença destas empresas implicou no aumento da população local e seus empreendimentos inauguraram e contribuíram com o desenvolvimento da área urbana de Santana.

Desse modo, vilas foram deslocadas para outras áreas dentro do próprio Distrito e a primeira a ser deslocada foi a Vila Olaria. Seus moradores foram levados para ocupar a área conhecida à época como Vila Maia., atual centro da cidade de Santana. O motivo dessa mudança foi a instalação da BRUMASA, empresa vinculada ao grupo CAEMI, instalada na década de 1964 a 1966 (Lima, 2013).

Ainda segundo Lima (2013), por conta da construção de um porto fluvial, a segunda vila a sofrer intervenção foi a vila Cutaca. Tratava-se de uma vila ribeirinha, habitada por pessoas que vieram em busca de emprego nas empresas aqui instaladas. Por estar localizada em uma área estratégica, nas margens do Rio Amazonas, o espaço passou a ser de interesse público e os moradores precisaram deixar o local. Em decorrência das transformações na malha urbana, Santana vê o surgimento dos bairros, e então tornou-se o primeiro bairro planejado pelo poder público: o bairro Nova Brasília, criado para receber os moradores da vila Cutaca, remanejados em 1978.

2.2. A VILA CUTACA

Uma das principais mudanças ocorridas no TFA foi o aumento populacional decorrido tanto da instalação do novo governo, quanto da implantação do projeto ICOMI. O intenso movimento migratório para Santana repercutiu na reordenação do espaço urbano. Os novos núcleos começaram a ser ocupados de maneira espontânea, originando o surgimento de pequenas povoações.

Isso se deve principalmente pela grandiosidade do projeto ICOMI, instalado em 1953. Com a exploração do manganês, essa empresa necessitou de uma expressiva quantidade de mão de obra para a construção de suas infraestruturas, como as duas vilas operárias, a estrada de ferro, dentre outras, com isso, essa massa de trabalhadores iniciou um processo de migração para o território, em busca de empregos.

A pensar-se com Nunes (2018, p. 50), isso se justifica pela “[...] grandiosidade das construções, a quantidade de mão de obra nelas empregada e o volume de capital investido”. Nunes (2018) questiona que essas empresas apresentaram grande potencial para absorver a massa de trabalhadores que constantemente se deslocava para a área.

Ademais, como salienta Brito (1996), esse processo de migração também era reflexo das poucas oportunidades de emprego nos locais de origem daqueles que migravam para o TFA, e outras motivações para o alto fluxo migratório deve-se a busca pelo acesso às escolas, assim como à assistência médica e outros serviços públicos. Ainda, o mesmo autor analisa que nesse

contexto, muitos relatos “[...] afirmam que o lugar onde primeiro se procurava emprego no Amapá, era no setor de recrutamento da ICOMI” (Brito, 1996, p. 8). Além disso, há de se reconhecer o papel dessa empresa na alteração da rede urbana regional e na multiplicação de novos núcleos populacionais, planejados ou não (Trindade Júnior, 2006).

É nesse cenário de intensas migrações e de ocupações espontâneas de áreas que surge a vila Cutaca, nas margens do rio Amazonas. Sua formação contou com a presença de diversas famílias originárias de outras áreas ribeirinhas vindas do Pará, do interior do TFA e de outros Estados. A Vila estava contida na área do atual bairro Novo Horizonte (em destaque), e ficava próxima da empresa BRUMASA, como nos mostra Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Área onde situava-se a vila Cutaca, agora bairro Novo Horizonte



Fonte: Google Earth: acesso em 20/01/2024

Segundo Rodrigues e Lapa (2020), “[...] a maioria dos ribeirinhos que tentava a sorte em Macapá não conseguiu um lugar para morar na cidade formal, a população, quase sempre,

ocupou espontaneamente as bordas da cidade”. Nesses padrões, a vila Cutaca vai formar-se nos arredores da vila Maia, um dos núcleos urbanos centrais de Santana, que foi constituída sem planejamento e com uso predominante de madeira reaproveitada, a princípio, a área recebeu o nome de Vila Confusão.

De acordo com Lima (2013, p. 37), “[...] os lugares formados em Santana eram chamados por nomes populares e regionais, inventados pelos próprios moradores, aproveitando alguma particularidade da região”. Nesses moldes, após sua formação inicial, a vila Confusão recebeu outra denominação, passando a ser conhecida por vila Cutaca³. Conforme os remanescentes da área, o nome deu-se em alusão à abundância de um anfíbio conhecido localmente como Cutaca.

No entanto, o senhor Antônio José Barbosa (73 anos), natural de Mazagão, morador remanescente da vila, afirma que alguns residentes escolheram outra denominação para a localidade. Eis seu relato: “[...] o primeiro nome que deram era Mapará⁴, não deu certo, depois vim de uma festa, deu uma chuva e os sapos cantando e o pessoal falou, vamos botar de Cutaca” (José Barbosa, 2024). Essa vila, após ser batizada definitivamente pelo nome Cutaca, continuou abrigando muitas famílias que chegavam ao TFA, atrás de empregos nas empresas aqui instaladas.

Ao se instalarem na margem do Rio Amazonas, nos arredores do projeto ICOMI, muitos desses sujeitos buscavam garantir concomitantemente a reprodução de seus modos de vida e o acesso às oportunidades de trabalho formal. Algumas fontes indicam que a vila era composta por uma população de aproximadamente 428 famílias (Rodrigues; Lapa, 2020). Como apontam as fontes, as famílias habitavam casas humildes, feitas em papelão, compensado ou madeira e cobertas com palha, modelo apresentada na figura 2.

³ Anfíbio encontrado em lugares úmidos, em uma espécie de perereca, muito presente nas margens dos rios da Amazônia.

⁴ Dicionário: peixe teleósteo, siluriforme, da família dos auquenipterídeos, encontrado na Amazônia e no rio Paraná.

Figura 2: casas de madeira, cobertas com palha, situadas em vila Cutaca



Fonte: grupo do Facebook: Santana Majestosa⁵. Acesso em 20/12/2023.

As construções residenciais da vila eram simples, típicas de ribeirinhos. Como posto por Nunes (2018), para Janary Gentil Nunes, então governador do TFA, esse tipo de habitação representava a carência em que viviam os habitantes, antes da chegada da ICOMI. A despeito dessa percepção, por muito tempo, mesmo com o funcionamento da mineradora, essa característica regional continuou prevalecendo nas construções habitacionais de Santana.

Com famílias numerosas, em termos estruturais, a vila Cutaca ficavam aquém de outros lugares já formados em Santana. Segundo relatos de quem viveu lá, como o da moradora Maria de Lourdes Façanha Guedes, de 81 anos, essa vila era formada por caminhos. Logo, não existiam ruas e a área era totalmente desprovida de infraestrutura. Segundo as memórias de

⁵ Grupo da rede social Facebook, criado em 02 de fevereiro de 2012, pelo professor Sergio Guedes dos Santos, de 57 anos. O objetivo do grupo é mostrar a beleza de Santana em todos os seus aspectos, principalmente, através de fotos e fatos.

Maria de Lourdes Façanha Guedes, as casas eram simples, típicas de ribeirinhos, feitas de madeira e cobertas com palha, como podemos observar na figura 3.

Figura 3: casa da família da senhora Maria de Luerdes Façanha Guedes, em vila Cutaca.



Fonte: grupo do Facebook: Santana Majestosa. Acesso em 20/12/2023.

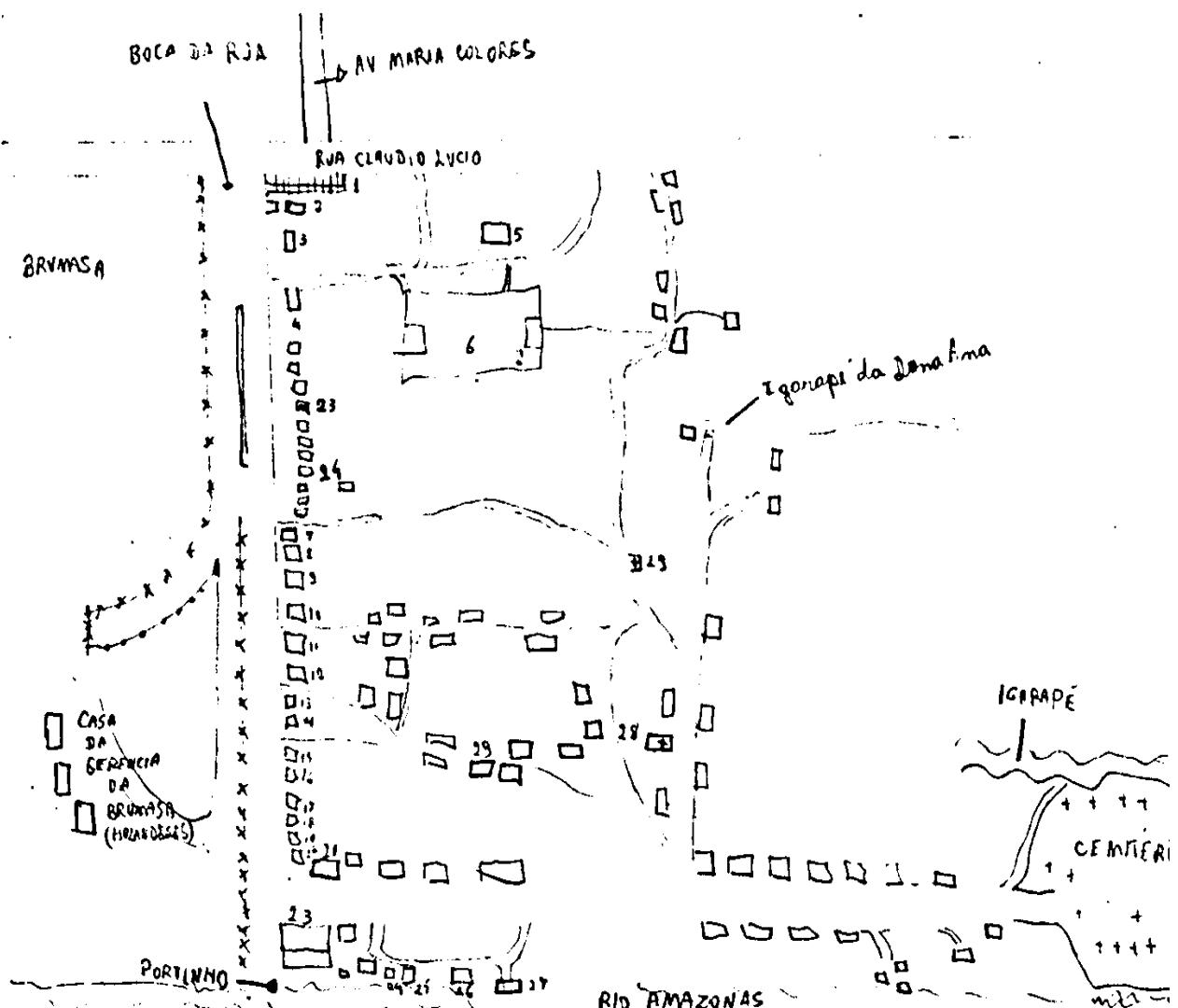
Em um trecho da entrevista, a senhora Maria de Lourdes Façanha Guedes, de 81 anos, falou como era a vila Cutaca e as pessoas que ali moravam:

[...] A vila Cutaca só tinha uma rua, entrava e ia embora até ao cemitério. Do cemitério na beira do rio, o igarapé era o caminho. As pessoas que moravam na beira do mato iam fazendo o caminho da Cláudio Lúcio até a Igreja Perpétuo Socorro, que tinha vários caminhos. Tinha uma rua e tinha o caminho do seu Romualdo, do Leal, da Maria Pereira e da dona Lapinha. Tinham muitos moradores. A água era do poço amazonas e era um poço para várias casas. Tinha a minha casa, do Clodóvil, Zé

grande, um poço para seis casas. Os próprios moradores cavaram um poço e não tinha energia elétrica (Maria de Lourdes Façanha Guedes, 2024).

A descrição apresentava pela antiga moradora a respeito da organização das residências da área ribeirinha, pode ser observada no croqui⁶ da vila Cutaca. Esse esboço da vila foi feito pelo professor Sérgio Guedes dos Santos, de 57 anos, apresentada na figura 4.

Figura 4: Croqui de vila Cutaca.



Fonte: Sérgio Guedes, 02/02/2024.

Por meio da memória seletiva do antigo morador Sérgio Guedes dos Santos, podemos identificar como estava organizada a vila Cutaca. A localidade ficava nas proximidades da empresa Brumasa S.A. O acesso para a área ribeirinha era por meio da antiga rua Fellinto Muller

⁶ Desenho feito à mão, contendo ponto de referência que facilitem a localização.

(hoje Cláudio Lúcio Monteiro) e terminava nas margens do rio Amazonas. Também é possível observar os pequenos igarapés, os diversos caminhos existentes nessa vila. Os caminhos por sua vez, davam acesso as residências dos moradores, ao cemitério de Cumaru⁷ (hoje desativado) e ao campo de futebol, muito utilizado pelos moradores, conforme indica a figura 5:

Figura 5: jovens em uma tarde no campo de futebol em vila Cutaca.



Fonte: Imagem do grupo do Facebook: Santana Majestosa. Acesso em 20/02/2024.

⁷ O Cumaru ficou ativado até o ano de 1977, após o Governo federal ceder um espaço para construção de novo cemitério municipal. Hoje o cemitério de Cumaru foi tombado como Patrimônio histórico e cultural, pelo projeto de lei apresentado em julho de 2020.

Mesmo com a falta de infraestrutura, por estar afastado do centro da cidade, esse espaço continuou sendo ocupado. Muitas das ocupações ocorreram por meio da compra ou aluguel das casas e outras por meio de invasões. Por isso, muitas famílias habitavam esse espaço, o que possibilitou adquirir um lote sem a necessidade da compra. Jurandir dos Santos Rodrigues, de 79 anos, morador remanescente da vila, relembra como adquiriu a sua casa:

[...] fui morar na Cutaca em 74/75, e vim do interior rio Morceguinho (Pará). A primeira vez que vim, comprei uma casa lá em 60. No comércio comprava tudo a retalho, comprava um copo de arroz, meio litro de querosene. A minha casa era coberta de palha e madeira, e ficava na rua do cemitério. Depois eu vendi, voltei pro interior, passei uns anos pra lá, e voltei pra Cutaca, perto da beira, e fiz uma casa. Eu trabalhava na Brumasa, debandei de novo e voltei pro interior, passei uns três anos e voltei, e morei alugado até vim pra cá. Não tinha outra opção, porque na vila Maia só era casa comprada, e na vila Cutaca era mais fácil morar. Só saímos de lá, porque precisava fazer aquele porto lá (Jurandir dos Santos Rodrigues, 2024).

Outro antigo morador da vila Cutaca, seu Antonino Viegas Gomes, de 69 anos, comenta a respeito da vinda da sua família para Santana. De acordo com este entrevistado, sua família se transferiu do “[...] Afuá, Pará, da colônia do Matapi, depois viemos pra Santana. O meu pai veio atrás de emprego, foi pra colônia do Matapi e pra ser agricultor, mas não deu certo” (Antonino Viegas Gomes, 2024). Na fala do morador, nota-se que a motivação da sua família em vir para Santana foi a busca por emprego.

Essa foi a mesma razão que levou a família de outra moradora da vila Cutaca, dona Maria Rodrigues Ferreira, de 85 anos. Em seus relatos, ela expõe os motivos que levaram sua família a deixar o Porto Grande.

Para ela, a vinda para Santana se resume na tentativa de conseguir emprego em Macapá, conforme se observa adiante, segundo a fala da interlocutora, as oportunidades de emprego em Porto Platon, onde morava, eram mínimas.

Porto Platon, onde é a estação do Porto, fundada pela ICOMI, tinha mercado, hospital e tudo em Porto Platon. Ione nasceu lá, Jarino trabalhou no campo verde, acabou o projeto de campo verde, plantava verduras na agricultura. Jarino veio procurar emprego em Santana, e se empregou no Matapi, numa serraria, de lá a gente começou a andar [...] (Maria Rodrigues Ferreira, 2024).

Como se nota, ao receber esse contingente de famílias, a vila Cutaca foi se constituindo de modo espontâneo e desordenado. Contudo, esse espaço tinha como peculiaridade uma localização privilegiada, por ser uma área ribeirinha, lá existia um porto que ficava de frente para o rio Amazonas, o qual era pequeno e utilizado pelos próprios moradores da localidade.

Dona Maria de Lourdes Guedes, recorda que esse porto era conhecido na época como o portinho da Cutaca, assim como por pessoas vindas de outros locais para atracarem suas pequenas embarcações, como mostra a Figura 3

Figura 6 - Porto de vila Cutaca, nas margens do rio Amazonas.



Fonte: Imagem do grupo do Facebook - Santana Majestosa. Acesso em 25/10/2023.

Em virtude da localização nas margens do rio Amazonas, no ano de 1978, os moradores foram retirados desse espaço. A esse respeito, Rodrigues e Lapa (2020) chamam atenção para uma publicação da Revista *Amapá Realizações* (quadriênio 1974-1978), na qual comunica-se

a chamada erradicação das favelas. A matéria justifica o remanejamento de 428 famílias que moravam na vila Cutaca para a construção de um porto.

Como é inteligível, ao chamar a área de “favela”, o conteúdo da revista enaltece a ideia de modernidade, em detrimento das pessoas e modos de vida locais. Logo, consonante com o conceito de modernidade orientado pelo TFA, os moradores remanejados da vila Cutaca passaram a habitar em outro lugar. Sobre esse contexto, Lima (2013, p. 38) esclarece que, “[...] na década de 70, o governo territorial entreviu no Porto de Santana, mais precisamente, onde era localizada a vila Cutaca, vila essa ocupada por invasões”.

A partir do discurso de área desordenada e constituída por invasões, o Estado justificou o remanejamento daquela população. Desse modo e conforme sinalizam as memórias dos remanescentes da vila, a retirada das famílias aconteceu por meio da intervenção de funcionários da prefeitura de Macapá. Assim, uma década antes da transferência em 1978, a prefeitura da capital encaminhou avisos aos moradores. Segundo o senhor Antonino Viegas, de 69 anos, o recebimento da informação por sua família ocorreu da seguinte maneira:

Eles passaram em 67 avisando que não era pra fazer casa, porque o terreno era do Governo Federal. Ninguém se incomodou, por fazer mais de 10 anos que eles passaram. Quando eles passaram avisando que ninguém podia fazer casa, e quem tivesse casa ia mudar pra uma outra área, que foi Nova Brasília. Do mesmo jeito pra quem tinha casa de madeira coberta de palha (Antonino Viegas Rodrigues, 2024).

Para Maria Rodrigues Ferreira, de 85 anos, antiga moradora da vila, a informação da necessidade de retirar as famílias que ali habitavam foi dada pelo prefeito de Macapá, Murilo Pinheiro. De acordo com os relatos dela, desde a informação dada *in loco* por ele, o processo que culminou com a retirada das mais de 400 famílias não demorou para ser concretizada. Conforme as lembranças de Maria Ferreira, a necessidade de transferência se deu em virtude de que:

Eles precisaram da área por causa da Brumasa. Quando eles vieram, o prefeito mesmo avisou que iam ocupar a área, porque ia ser cedido pra Brumasa, e que iam dar terreno e casa. A gente ia morar na vila Maia, justamente na Nova Brasília, mas foi o prefeito mesmo que mandou, e não custou muito tempo pra tirar a gente de lá, em julho (Rodrigues Ferreira, 2024 ano da entrevista).

Informada a necessidade de retirada, no ano de 1978, as mais de 400 famílias saíram da vila Cutaca. Com o remanejamento, a rotina de uma vida ribeirinha foi interrompida. Assim, as vivências junto ao rio foram desvanecendo, sendo ofuscadas pela ideia de modernização

defendida pelo governo do TFA, bem como pelas expectativas de crescimento econômico advindas da implantação do porto.

Sob o prisma de Viana (2016, p. 28), a inserção do porto na área da vila Cutaca representou “[...] um instrumento de poder a serviço do capital que dita as regras de mercado a partir de suas necessidades”. De tal modo, a transferência da população local se justificou com a demanda econômica e a necessidade de escoamento dos produtos produzidos na área. Seguindo com Viana (2016, p. 29), Santana “[...] não goza dos efeitos positivos que um porto em seu território pode oferecer, pois a existência deste objeto fixo não tem agregado valor às potencialidades e populações locais”.

Segundo a autora, isso se dá em virtude das poucas oportunidades oferecidas às populações que habitam esses espaços. Em condições de vulnerabilidade social, quase sempre, esses núcleos sofrem intervenções autoritárias, por parte do poder público. Para Trindade Júnior (2006, p. 9), em se tratando da Amazônia, “[...] a otimização de certos espaços foi elemento fundamental para a seletividade espacial necessária ao funcionamento de empreendimentos econômicos”.

Juntamente dessa seletividade, agregava-se a ideia de vazio demográfico para desqualificar os modos de vida locais. Nessa direção, tal como ensina Nunes (2018, p. 51), nos projetos de modernização para a Amazônia, a hegemonia da visão do conquistador é evidente. Sob o prisma de quem é estrangeiro na região, ela era vista “[...] como a terra de ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada” (Nunes 2018, p. 51). Assim, comprehende-se que os grandes projetos econômicos implantados na região negaram o homem amazônico e sua cultura, ao reproduzir essa lógica, o projeto ICOMI não foi exceção (Nunes 2018).

Pelo exposto, a retirada das famílias da vila Cutaca em favor da construção de um porto notabiliza os interesses do capital na apropriação dos espaços amazônicos. Desse modo, observa-se a efetivação daquilo que Brito (2001) na obra *Modernização de Superfície*, citado por Nunes (2018, p. 52) denomina de “modernização da superfície”. Entende-se a partir da autora, que esse tipo de modernização não vislumbra a valorização de populações locais e seus modos de vida. De maneira contrária, ela atendia aos interesses de mercado, ou seja, de uma dinâmica economicista que privilegia o capital.

O caso da vila Cutaca aponta que Santana passou por um processo semelhante ao da capital, Macapá. Segundo Costa (2007), após a criação do TFA na década de 1940, Macapá passou por um processo de reordenamento guiado pela ideia de modernização. Nas palavras do autor, o processo de urbanização planejado para Macapá “[...] procurou eliminar tudo que lembrasse o atraso da frente da cidade” (Costa, 2007, p. 152).

Depois de desocupado o espaço ribeirinho, o governo pôs em ação a construção do porto fluvial. O primeiro ato, conforme esclarece o Decreto-Lei n. 41 de 08 de janeiro de 1969, foi a disponibilização da área para os Portos do Brasil S/A - PORTOBRAS. Após a doação, realizou-se a construção do porto, inaugurado em 1982. Este empreendimento foi denominado de Porto de Santana e administrado pela Companhia Docas do Pará (CDP)⁸ (Viana, 2016).

A área que outrora foi ocupada por ribeirinhos, em 2024, compreende o complexo do Porto de Santana. Em vista desse processo, a vila Cutaca deixou de existir fisicamente, sobrevivendo apenas nas lembranças de seus moradores antigos. De acordo com Menezes (2022), em função do significado histórico e do lugar que a vila ocupa no imaginário e no coração dos seus remanescentes, a memória e a trajetória da vila Cutaca são relevantes tanto aqueles que nela habitaram, como para a História de Santana.

2.3. BAIRRO NOVA BRASÍLIA

Na década de 1970, Santana já possuía diversos núcleos de habitação e um deles foi escolhido para receber os moradores remanejados da vila Cutaca. Denominado de Nova Brasília, a área eleita recebeu algumas melhorias e na época foi prometido um bairro planejado. De acordo com Conceição (2014), às mudanças urbanísticas empreendidas almejavam um modelo de cidade ideal, com a busca por soluções de problemas sociais. No que se refere às boas intenções, o movimento histórico em relação a estas iniciativas, manifesta aspectos contraditórios às projeções das populações afetadas.

Portanto, conforme evidencia o caso da vila Cutaca na Amazônia, não raramente os processos de reorganização do espaço urbano contrastam com a cultura local. Esse choque entre o espaço almejado pela população remanejada e o espaço oferecido pelo poder público da época frustrou muitos moradores, pois a área entregue não possuía a infraestrutura de um bairro planejado, isto é, nos moldes que lhes foi prometido. Em outras palavras, a história do remanejamento da vila Cutaca e o *modus operandi* dos projetos desenvolvidos na região, exprimem os impactos da modernização na Amazônia.

Quanto a este aspecto é importante destacar o conceito de região. Segundo Barros (2009, p. 98), a grosso modo, “[...] uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza

⁸ O porto foi projetado, originalmente, para atender ao projeto de desenvolvimento da região, quando se previa a exportação de café, cacau e dendê, o plantio de cana-de-açúcar, a pesca do camarão, a exploração de madeira de lei em toras e serrada, bem como do pinus em toras ou em cavacos, para a produção de celulose e papel. Vide: Viana, Telma Maria da Silva. Planejamento e Gestão Urbano na Orla Fluvial de Santana: Aportes para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016; e (CDSA, 2012, p. 6).

por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios". Para Cunha (2000, p. 47) uma "[...] região é considerada como fração do espaço, catalisador de determinadas relações e convenções que o definem e caracterizam", enquanto que nas palavras de Brito (2008), a região deve ser compreendida como uma construção humana.

Ali, nas margens do rio Amazonas, os habitantes da vila Cutaca reproduziam os modos de vida dos seus locais de origem. Notadamente composta por pessoas vindas das ilhas e interiores do Pará, bem como dos interiores do Amapá. Esses modos de vida se conectam com o rio e com a floresta, e com a cultura regional, a pesca, a caça e o extrativismo de produtos da floresta eram atividades presentes em seus cotidianos.

Há de se lembrar que, nesse período, em Santana, somente no âmbito da vila operária da ICOMI (a vila Amazonas), existia supermercado. Ainda, o acesso a ele era restrito aos funcionários da empresa. Logo, a vida de quem não fazia parte do quadro funcional da mineradora, seguia os modos de reprodução sociais típicos da Amazônia, os quais são marcados pela interação com o rio e com o meio ambiente. Assim, uma vez deslocados para longe das margens do Amazonas, essa população sofreu impactos nas relações sociais e culturais.

Contudo, com base nos relatos ouvidos, o discurso das melhorias estruturais e o acesso ao saneamento básico era atraente. O projeto urbanístico planejado para receber os remanejados contemplou a construção de casas dentro de uma área da chamada vila Maia. Neste contexto histórico, o governador do Território, Arthur Henning, em parceria com a prefeitura de Macapá, iniciou a construção do primeiro bairro planejado de Santana: o bairro Nova Brasília.

O novo espaço urbano foi construído a partir de uma configuração espacial diferente das outras vilas de Santana. As ruas eram curvadas e uma inovação para a época. Um outro diferencial foi o modelo das casas, no qual a parede do banheiro servia para delimitar os terrenos das residências.

Relatos esclarecem que o modelo de casa planejado não chegou a ser entregue às famílias. Assim, o que se ouviu é que os remanejados da vila Cutaca receberam casas com obras inacabadas.

Na Figura 4, adiante, se tem uma visão parcial do bairro Nova Brasília, no período de sua formação.

Figura 7 - Bairro Nova Brasília, no início de sua formação no ano de 1978.



Fonte: (Facebook- grupo Santana Majestosa, acesso em 15/10/2023).

Debruçada sobre as discussões do planejamento urbano sob a tutela do Estado, Conceição (2014) afirma que, nesse tipo de planejamento, o “[...] o Estado visa reformar o traçado da cidade com o discurso da necessidade do saneamento para atender à população que utiliza o espaço desordenado sem condições mínimas de habitação”. Assim, há de se considerar que apesar dos impactos nos modos de reprodução e organização social, esse discurso favoreceu o convencimento da transferência das famílias da vila Cutaca, e por isso, a mudança ocorreu sem questionamentos por parte dessas famílias.

Embora não se tenha encontrado notícias de uma resistência vigorosa, relatos dos antigos moradores sugerem que a saída se deu de maneira brusca. Talvez por isso, muitas famílias foram retiradas na ausência dos chefes dos núcleos familiares, enquanto estes haviam

saído para trabalhar. Apesar de avisos constantes das autoridades da época sobre a possível desocupação da área, não era de conhecimento geral a data exata que isso aconteceria.

No dia da retirada, alguns foram surpreendidos com os caminhões para realização da mudança. Segundo Antônio José Barbosa, de 73 anos, a mudança ocorreu a partir da visita dos funcionários da prefeitura, como esclarece um trecho do seu relato:

Os funcionários passaram três vezes, na 1^a perguntaram quem era o proprietário da casa. Falei que era do meu sogro, passaram a 2^a vez os funcionários da prefeitura de Macapá, e dei o nome do meu sogro. Um dia fui trabalhar pra Banacoba, de longe se enxergava para lá do portão da Brumasa, olhei e não vi a casa [...]. Quando cheguei já tinham tirado, fui procurar a Deusa na casa do meu sogro e ela não tava lá. A sorte é que cheguei lá de 3 horas e vi meu primo. Ele falou que a minha mulher tava numa casa e eles derrubaram várias casas. Meu primo procurou a casa que tinha os esteios mais fortes, por isso fiquei aqui, e depois o caminhão da prefeitura parou [...] (Antônio José Barbosa, 2024).

Para Menezes (2022, p. 128), o remanejamento da vila Cutaca “[...] provocou profundos impactos no cotidiano dos moradores do bairro e na organização do espaço urbano”. Apesar das promessas de entrega de casas prontas e de um bairro com infraestrutura completa, os interlocutores da pesquisa informam que a insatisfação se justifica pelo fato de promessas não terem sido cumpridas.

Sobre a casa recebida, ele fala o seguinte:

Não tinha energia elétrica, não tinha nada, entregaram só com parede no meio e compensado. Aí depois, tivemos que pagar a energia elétrica, mas só tinha água. A Caesa ficava, onde ficava a feira, depois mudou pra lá. As crianças tomavam banho nos tanques, eram tanques grandes, pra cá era só mato, e as casas eram cobertas de palha. O banheiro servia pra duas casas, tinha uma parede de concreto e tinha que fechar com madeira, era uma fossa pra duas casas, era desagradável (Antônio José Barbosa, 2024).

Segundo indica o relato em destaque, ao saírem da vila Cutaca e chegarem no novo espaço, as famílias se depararam com uma outra realidade, totalmente diferente do discurso oficial.

Outra moradora remanescente, a senhora Maria Ferreira, de 85 anos, reforça os contrastes entre as perspectivas da população remanejada e a realidade das casas que foram entregues, o que revela um trecho da transcrição da sua narrativa oral:

Ele mandou fazer um monte de bandola pra nós, coberta com compensado, parede de compensado. Fizeram uma bandolina, prometeram que iam dá casa pra nós, mas não fizeram. Ninguém escolheu o dia que era pra trazer as pessoas pra cá, ele mesmo dava o local e davam as casas, sempre foi vila Maia e depois foi Brasília. Uma coisa pequena e feia, todo mundo que pegou casa foi assim, mal feita, a energia elétrica só chegou prá cá depois [...] (Maria Ferreira, 2024).

A este respeito, Jurandir Gomes Rodrigues de 79 anos, ratifica as lembranças e a narrativa oral da senhora Maria Ferreira. Para esse morador antigo, a mudança ainda trouxe novos desafios, já que “Eles escolheram as casas, a gente vinha pro acampamento. Eles faziam a casa coberta de palha, a parede só do quarto e o resto a pessoa tinha que construir, quando não dava pra colocar na casa, eles colocavam no alojamento” (Jurandir Gomes Rodrigues, 2024).

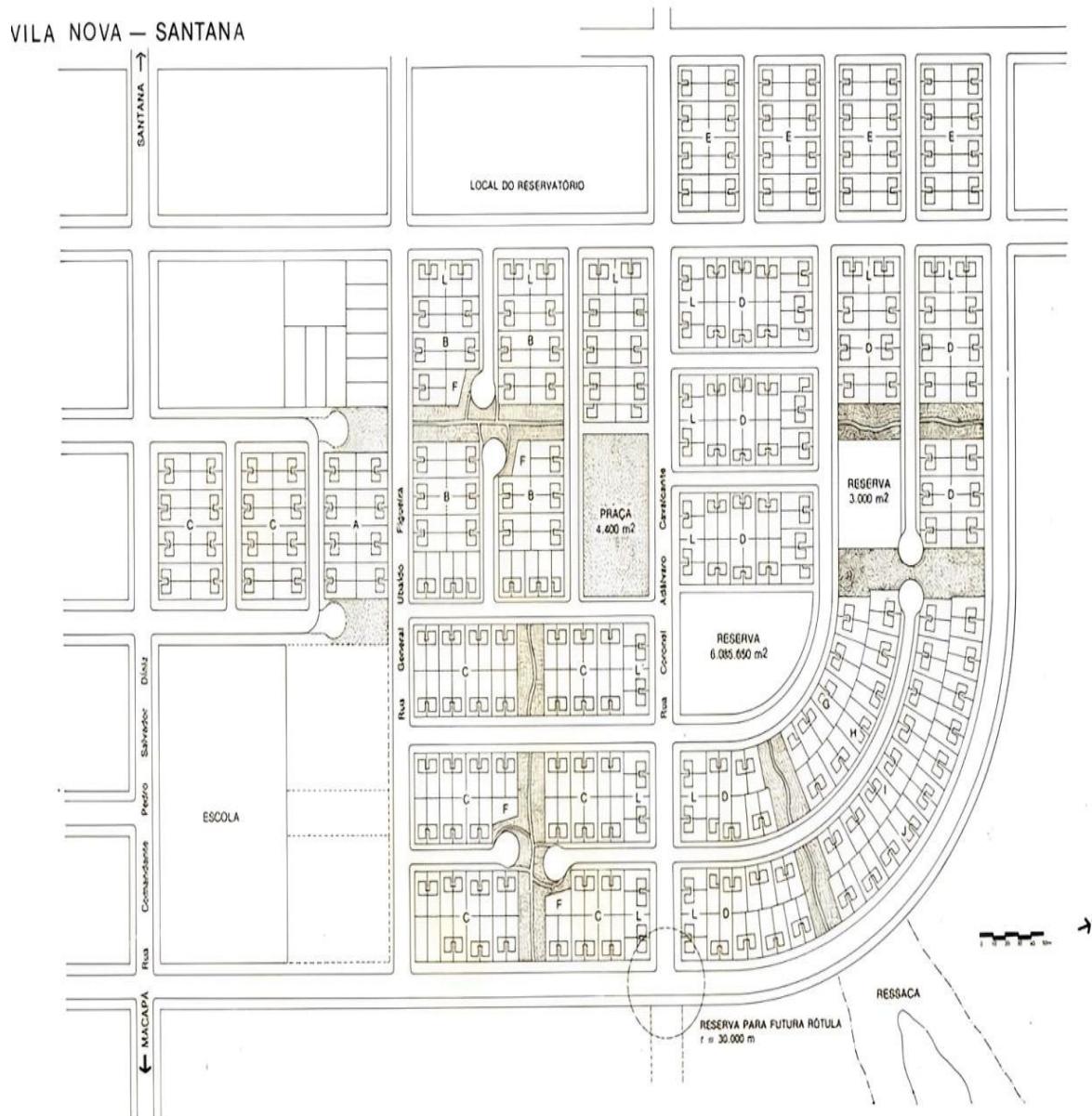
As casas recebidas não possuíam as benfeitorias prometidas antes do remanejamento. Assim, não tendo outra opção, os moradores tiveram que aceitar as moradias. Depois, e com base no poder aquisitivo de cada família, as residências foram melhoradas. Ademais, alguns dos problemas da vila Cutaca também existiam no bairro Nova Brasília, como a falta de escolas, e na fase inicial do novo bairro não havia instituições de ensino.

Assim, os filhos dos moradores precisavam se deslocar para as proximidades da vila Cutaca, onde ficava a escola mais próxima, denominada Grupo Escolar Porto de Macapá - GEPM⁹. Os estudantes caminhavam uma distância considerável para chegar ao GEPM e para resolver este problema, novas mudanças urbanísticas foram realizadas no bairro novo.

Então, visando atender os filhos dos moradores em idade escolar, construiu-se uma escola no lugar que seria destinado à praça do bairro. Foi assim que surgiu a Escola Joanira Del Castillo, que existe até a execução desta pesquisa em ensino de História. A Figura 5 apresenta a planta do bairro Nova Brasília, na qual o campo destacado em vermelho, percebe-se que a escola está situada exatamente na área planejada para ser a praça

⁹ Esse grupo escolar deu origem à Escola Estadual Padre Simão Corridori, que atualmente acolhe estudantes do bairro Novo Horizonte e adjacências.

Figura 8 - Planta urbanística do bairro Nova Brasília, 1977



Fonte: (Adaptada do Facebook, grupo Santana Majestosa, acesso em 15/10/2023).

Nos dias atuais, em 2023, o bairro Nova Brasília localiza-se na área central do município de Santana. Diferentemente do passado, já têm várias escolas públicas, além do Posto de Saúde, área para a prática de esportes (vila Olímpica), comércios e lojas. Recentemente, o bairro ganhou um novo prédio para associação dos moradores e a maioria das ruas já foram asfaltadas. Na Figura 6 é possível observar uma visão aérea do bairro, quando coletamos os dados desta pesquisa.

Figura 9 - Vista aérea do bairro Nova Brasília



Fonte: (Google Earth, acesso em 20/01/2023).

Apesar das mudanças, o bairro ainda está longe de ser um lugar ideal para morar, pois nele os moradores vivenciam muitos problemas, que espelham a realidade local do município. Com a pouca oferta de empregos, a violência e serviços públicos precários ainda impactam a qualidade de vida dos moradores. Percebe-se que o agravante desse contexto se reflete na concentração de vagas de empregos no setor terciário, composta por lojas e comércios de varejo e atacado, conforme indicam os levantamentos de dados do Governo do Amapá.

A falta de oportunidade e pouca geração de empregos reproduzem índices de violência elevados no município de Santana. Constantemente os meios de comunicação divulgam dados

sobre a violência e o município aparece entre os mais violentos, com a posição do segundo lugar¹⁰, com altos índices de mortes violentas.

Assim, as notícias da mídia local provocam-nos a refletir que, essa cidade já foi palco do maior empreendimento instalado no Amapá, mas esse modelo econômico não reproduziu uma mudança no desenvolvimento para a população local. Ao contrário, as empresas de mineração também representam um modelo predatório, pois desqualifica especificidades locais e silencia os moradores.

2.4. ESTUDOS DE LUGARES ESQUECIDOS DAS CIDADES E A IDENTIDADE DE GRUPOS SOCIAIS

Desde a metade do século XX, os grandes projetos instalados na Amazônia têm provocado a reconfiguração do espaço urbano (Derrosso; Ichikawa, 2014). A presença desses empreendimentos no TFA contribuiu para o desaparecimento de alguns núcleos habitados, especialmente em Santana, e a mudança do espaço urbano ocorreu em virtude do discurso de modernidade propagado na cidade.

Assim, alguns núcleos urbanos sofreram intervenções e deram lugar a empreendimentos que prometiam o crescimento econômico do TFA. Com base em Conceição (2014), sabe-se que os reordenamentos empreendidos no espaço atendiam a fluência dos fluxos de mercado. Sob o raciocínio de Conceição (2014), ao considerar-se um modelo de desenvolvimento que negou a cultura e as especificidades regionais, é possível afirmar que “[...] o espaço urbano produzido pelo capital escamoteia o humano na sua inteligibilidade” (Conceição, 2014, p. 29).

A reorganização do território de Santana privilegiou a implantação dos projetos que fomentaram a economia da cidade. Essa nova dinâmica urbana contribuiu para a ruptura de antigos padrões de organização espacial, favorecendo os investimentos econômicos (Trindade Júnior, 2006). Por isso, executou-se o deslocamento de muitos núcleos populacionais, nos espaços da cidade.

As transformações advindas desses deslocamentos provocaram a invisibilidade dos sujeitos e das histórias dos lugares cedidos para a instalação dos empreendimentos. Isto posto, comprehende-se que “[...] a ressignificação dos lugares para o esquecimento constitui estratégia do poder da ideologia de apagar, na história, o fortalecimento das lutas revolucionárias”, conforme defende Conceição (2014, p. 6). Em se tratando de Santana, a força desse apagamento

¹⁰ Entre o primeiro semestre de 2022 e 2023, a capital Macapá e a vizinha Santana concentram 95% de mortes intencionais. Fonte: jdia.com.br. Acesso em 04/01/2024.

faz com que as referências acerca da cidade sejam vistas sob o olhar dos grandes projetos lá instalados.

Considerado inovador e necessário, o modelo urbanístico implantado pelo governo do TFA era contrário à composição local. Como esclarecem Rodrigues e Lapa (2020, p. 338), “[...] os hábitos e as moradias de famílias negras e caboclas conflitavam com os interesses dos gestores urbanos”. Tais conflitos resultaram no desaparecimento ou deslocamentos de núcleos populacionais, a exemplo do ocorrido com as famílias que habitavam a frente da capital.

Com relação ao governo de Janary Nunes, Simonian Silva e Nunes Filho (2022), analisam que o Amapá era considerado um lugar atrasado e decadente. Assim, era necessário transformá-lo em um espaço desenvolvido e moderno. Consonante com tais objetivos, a presença das famílias afrodescendentes que habitavam a frente de Macapá passou a ser inadequada para o padrão urbanístico desejado. Portanto, as famílias foram retiradas e passaram a habitar os bairros Laguinho e Favela.

A busca pela modernidade do espaço urbano motivou intervenções autoritárias em núcleos populacionais de costume ribeirinho. Na perspectiva oficial, por serem constituídas de habitações simples, esses núcleos motivaram a violência, a insalubridade, a promiscuidade e a informalidade. Portanto, eles não eram vistos com bons olhos e eram tratados como favelas (Rodrigues; Lapa, 2020).

Todavia, de acordo com o caso população negra retirada da frente da cidade de Macapá, os deslocamentos de caráter autoritário no TFA reverberaram processos sofisticados de resistência e resiliência (Simonian; Silva; Nunes Filho, 2022). Nem sempre claros, esses processos revelam marcas profundas na memória, no imaginário, na personalidade e nas emoções de quem precisou sair de seu lugar de origem.

A esse respeito, Halbwachs (1990, p. 138) esclarece que “[...] a população pobre não deixa de se deslocar sem resistência, sem ressentimento, e mesmo quando cede, deixa para trás muitos traços de si mesma”. Vale lembrar que é a partir do sentir e do “[...] processos de se construir socialmente e de ser constituído, que o sujeito cria uma identidade” (Assumpção; Castral, 2022, p. 18).

As identidades locais possibilitam com que a sociabilidade ocorra entre os grupos sociais que habitam determinados espaços urbanos. Logo, como afirma Pesavento (2008, p. 4), o processo de pertencimento é construído pelos modos reproduzidos nesses espaços, o que se verifica na citação:

As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e

confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos.

Consequentemente, embora as rotinas e organização social das famílias da vila Cutaca não fossem consideradas adequadas para a nova constituição desejada para a cidade de Santana, elas eram importantes para a formação da identidade daquele grupo social. Este fato leva-nos a entender as memórias dos sujeitos que habitaram essa vila, ou seja, conhecer a suas histórias, e as imagens do passado são transformadas em sentimento de pertença, afetividade e de identidade local.

Considerando a concepção sociológica de identidade, Hall (2006, p. 11) ressalta que a identidade é construída a partir da “[...] interação” entre o eu e a sociedade”. É dessa interação que nasce o sentimento de pertencimento aos espaços. O mesmo autor, também explica que a identidade sofre modificações, e depende dos modos como o sujeito é interpelado ou representado.

Assim, as pessoas são condicionadas a criar concepções de identidade, as quais modificam-se de acordo com a interação com o grupo social. Em síntese, Hall (2006) comprehende que as identidades se transformam, são contraditórias e estão em contínuo deslocamento. Por sua vez, Castells (2018, p. 54) concebe as identidades como “[...] fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização”, e nesse processo, a identidade molda os grupos sociais.

Para Castells (2018, p. 54), a identidade é “[...] compreendida como um processo de construção de significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais, inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados”. Ainda segundo o autor, os elementos constituidores de identidades são múltiplos e podem ou não causar tensões.

Para Derroso e Ichikawa (2014, p. 111), “[...] o conceito de identidade liga-se ao processo de identificação e diferença, de tentativas de se institucionalizar comportamentos e de resistir a essas tentativas”. Portanto, para esses autores, a identidade relaciona-se com processos de imposição de certos comportamentos, e complementam que a identidade “[...] pode constituir-se a partir de projetos coletivos que se formam a partir da redefinição da posição dos sujeitos na sociedade” (Derroso; Ichikawa, 2014, p. 111), enquanto Souza (2016, p. 138), considera que “a identidade recorre à memória com a finalidade de se definir, ao passo que a memória fornece as referências históricas e geográficas para a reafirmação identitária”.

Com base nestes autores, pode-se inferir que as construções das identidades estão ligadas a reorganização espacial do território, em uma tentativa de redefinir esse sentimento de pertencimento à espacialidade da cidade.

2.5. A MEMÓRIA SILENCIADA DOS MORADORES DE VILA CUTACA

Formada por famílias vindas dos interiores do Pará e dos interiores do TFA, quando do início da formação da vila Cutaca, os modos de vida predominantes reproduziam a vida ribeirinha. Isso facilitou a adaptação das pessoas nas margens do rio Amazonas, mesmo a área sendo desprovida de infraestrutura. Os relatos ouvidos ao longo da pesquisa manifestam que os arranjos cotidianos para a minimização dos problemas estruturais e melhoria da qualidade de vida acarretaram na aproximação das famílias.

Esta aproximação aflora o sentimento de pertencimento e as memórias dos moradores remanescentes são marcadas por lembranças desse espaço ribeirinho e por significados que manifestam, ao mesmo tempo, esperança, saudosismo, superação, traumas, insegurança e resiliência. Em que pese a relevância dessas memórias para a compreensão da história de Santana, elas não aparecem nos documentos oficiais, mas estão presentes em cantos das cidades esquecidas e silenciadas.

Nessa direção, Menezes (2022, p. 134) a memória [...] por constituir traços do passado, ela é, para o historiador, uma ferramenta importante para a análise das experiências humanas. Considerando tais reflexões e a importância das memórias para o estudo dessa pesquisa, destacamos as observações da dona Izabel Borges Bezerra, de 84 anos, essa moradora esclarece como foram as primeiras rotinas no novo bairro:

Eles escolheram as casas, eles disseram fica essa família aqui. A casa não estava pronta, era provisório. Depois a pessoa ia melhorando, só que eles disseram que iam ajeitar a fossa e puxar água. Eles vieram e demorou muito a energia elétrica, já pensou? Tinha muito carapanã, minha mana, tinha aquelas baratinhas e a comida tinha que embrulhar. Terreno novo, perto do mato, era mata mesmo, por isso que eu chorava, eu dizia meu mano não quero ficar nesse deserto. Lá minha casinha era velhinha, coberta de palha no chão mesmo, mas lá era animado, quando os navios passavam a gente enxergava tudo, ia na beira do rio se quisesse tomar banho [...] (Izabel Borges Bezerra, 2024).

A entrevista de dona Izabel Borges Bezerra revela que esse silenciamento foi uma das faces mais cruéis dos impactos sofridos por famílias pobres, que vivenciaram os processos de remanejamento: a subtração da memória. Bosi (1987, p. 362), contribui com a discussão, quando explica que “[...] entre as famílias mais pobres, a mobilidade extrema impede a

sedimentação do passado [...] eis uns dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças”.

Por meio das transcrições das entrevistas dos moradores antigos da vila Cutaca percebe-se a urgência das autoridades em desocupar a área ribeirinha. Por sua formação de casas simples e a necessidade da transferência, algumas famílias foram surpreendidas com o remanejamento. Não por ser um fato desconhecido por eles, mas pela maneira como foi executado, sendo assim, o senhor Antônio José Barbosa, de 73 anos, a este respeito, relatou um momento de aflição: “Um dia fui trabalhar pra Banacoba, e de longe se enxergava para lá do portão da Brumasa. Olhei e não vi a minha casa, vi pegando fogo! Pensei, será que pegou fogo a casa [...]” (Barbosa, 2024).

Dentro dessa lógica, as lembranças do passado ribeirinho foram encobertas pela implantação dos projetos econômicos, o que refletiu na invisibilidade das histórias de sujeitos e famílias do maior município do Amapá, em termos populacionais. Apesar de esquecidas dos discursos oficiais, as lembranças existem, resistem e deixam marcas (Pollak, 1989), as quais são confinadas ao silêncio e transmitidas oralmente de uma geração a outra, mesmo não fazendo parte das publicações, elas permanecem vivas.

As memórias são importantes para compreender os processos sociais, por isso elas devem ser valorizadas, bem como comunicam as minorias encobertas por privilegiados (Nora, 1993). Para Andrade (2008, p. 570), as memórias são “[...] um testemunho que sedimenta recordações, registrando informações de tempos passados que contam a história do lugar”.

Assim, as transcrições das entrevistas dos moradores remanescentes da vila Cutaca, referem-se às memórias de pessoas idosas, que revelam significados daquele espaço, comunicando os impactos do remanejamento em suas vidas.

Dona Juraci Sales do Nascimento, de 77 anos, destacou que com intuito de melhorar as estruturas das casas, muitas pessoas buscavam materiais usados. Esse fato, ressaltado pela moradora, acarretou em comentários sobre a condição financeira das famílias que passaram a ocupar o novo bairro.

Percebe-se os desafios logo ao receberem as casas, pelas menções comunicada por dona Juraci Sales do Nascimento em um trecho da sua entrevista:

O pessoal que ia pro lixeiro da Brumasa, para pegar as folhas de compensados, traziam pra fazer janela e parede. Era só matagal e casa... aqui não tinha muito nome. aqueles que tinham mais que os outros, falavam, olha os flagelados tão tudo pra cá, os flagelados da vila Cutaca. Todo mundo enchia a água do poço, não tinha energia elétrica e cada morador colocava a sua. Nós não tinha comunicação com essa tal de CEA e demorou pra ter energia (Juraci Sales do Nascimento, 2024).

Pelo exposto, percebemos o contraste entre o prometido e o cumprido, pois muitas famílias não tinham recursos financeiros para construir suas casas. Isso provocou alguns contratemplos na rotina desses remanescentes e alguns problemas foram resolvidos pelos próprios moradores, como explica a entrevistada Maria Ferreira Rodrigues (2024): “[...] a energia elétrica só chegou pra cá, depois que o Hildo Fonseca se virou, se candidatou, e a gente começou a trabalhar na Associação. Aí, corremos atrás e eles colocaram”.

No que refere à memória, deve-se não esquecer que “há um movimento que vai do presente em direção do passado” (Souza, 2016, p. 138). Essa visita ao passado depende de fatores que estão no presente. Assim, muitos dos significados atribuídos ao passado na vila Cutaca se conectam com os aspectos do presente, fato percebido em outra entrevista com o senhor Izídio Conceição Queiroz, de 77 anos.

Natural de Jaburu, interior do Estado do Pará, este entrevistado informou que o maior problema enfrentado na época, e que ainda permanece nos dias atuais, refere-se à falta de água, o que se verifica em um trecho da sua entrevista: “O problema maior era de água. Todo tempo, o problema da água continua, era poço. Os vizinhos de primeiro, vinha arranjavam pra gente, tinha vizinha que já tinha a tempo e a gente arranjava com ela” (Izídio Conceição Queiroz, 2024). Nota-se que as suas memórias, tomam como referência a realidade do presente, de maneira que ele compara a realidade atual com o cotidiano do passado.

Nessa direção e tendo em vista as lições de Abreu (1998, p. 83), a memória individual contribui “[...] para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram, e formas espaciais que já desapareceram”. Assim, as memórias não são capazes de reproduzir fielmente o passado, e por meio delas são reconstruídas as experiências, percepções e vivências (Assunção; Castral, 2022).

O senhor Jurandir Rodrigues Gomes, de 79 anos, lembra que a falta de escola no novo bairro, gerou problemas para seus filhos. Segundo ele, a rotina de seu filho Reginaldo Gomes Rodrigues¹¹ mudou. “Ele ia sozinho pra escola e não tinha rua, era só um caminho, a Maria Colares, e não era esse o nome naquela época. O Reginaldo estudou em 78 e 79 na Escola Paroquial”.

Nota-se que as memórias individuais dos moradores nos revelam sobre as demandas enfrentadas perante as adaptações no novo espaço. Outra entrevistada também falou sobre a

¹¹ Reginaldo Gomes Rodrigues, 54 anos, aluno do Grupo Escolar Porto de Macapá, filho do seu Jurandir Rodrigues Gomes.

escola, dona Izabel Borges Bezerra (2024), o que mostra a seguintes transcrição, quando comenta sobre os seus filhos:

[...] continuaram estudando até aprontarem a escola. Era um sacrifício, uma preocupação pra mim. Eles iam na rua Maria Colares direto, mas era muita criança, até que fizemos um abaixo assinado. O pessoal se reuniu no Hildo, uns quantos viraram, uns pais de família e fizeram essa escola e depois vieram transferido pra cá.

Consideramos importante esclarecer, que não é intenção desta pesquisa, registrar informações sobre todo passado da vila Cutaca, mas destacar algumas das memórias de pessoas idosas que habitaram o lugar e que foram entrevistadas. Vale lembrar que a memória é composta por funções psíquicas (Le Goff, 1990), assim, ela não é capaz de recuperar todas as informações do passado. Nesse contexto, por compor processos psíquicos, os fatos são atualizados conforme os surgimentos das lembranças.

Recorrendo ao trabalho de Pollack (1992), encontramos outra consideração quanto ao conceito de memória. Para este autor, a memória é entendida como um elemento constituinte do sentimento de identidade individual e coletiva, que envolve o sentimento de continuidade e de coerência de um grupo ou pessoa no processo de reconstrução de si.

Portanto, as memórias dos moradores antigos da vila Cutaca são importantes instrumentos para analisar o seu processo de remanejamento para outro espaço geográfico. De acordo com os entrevistados da pesquisa, os primeiros anos no bairro Nova Brasília foram dedicados às melhorias nas estruturas das casas e ao início dos serviços públicos. Este resultado contradiz o discurso propagado acerca da construção de um bairro planejado para receber mais de 400 famílias da vila ribeirinha e revela uma face da História de Santana não conhecida nos livros didáticos.

2.6. PATRIMÔNIO: (RE) SIGNIFICAÇÕES DE LUGARES DAS CIDADES

Referências de lugares e experiências vividas são aspectos que permeiam a memória de qualquer pessoa. De acordo com Pesavento (2008), essas referências estão ligadas a lembranças de um passado significativo para quem habitou determinados espaços. A convivência das pessoas nessas localidades reflete a dialética entre o passado e o presente, nas distintas memórias apresentadas sobre os espaços.

A história do município de Santana é frequentemente associada aos grandes projetos de desenvolvimento implantados no Amapá na segunda metade do século XX, notadamente o projeto ICOMI. Primeiro grande empreendimento minerador da Amazônia, o projeto ICOMI

transformou o espaço urbano do TFA (Nunes, 2018). De tal modo, as estruturas construídas para garantirem o funcionamento da empresa reverberaram novas relações econômicas e sociais. Habitando as bordas das infraestruturas da ICOMI, vilas como a Cutaca ocupavam lugar periférico, diante das dinâmicas que se formavam.

Sedimentadas pela ideia de modernidade, essas dinâmicas firmaram as estruturas da mineração como os principais símbolos da história de Santana. Na espacialidade urbana, isso faz com as áreas vinculadas à ICOMI tenham uma valorização maior do que outras áreas, do ponto de vista histórico. Em 2010, uma das duas vilas construídas pela empresa, a vila de Serra do Navio, tornou-se o primeiro conjunto urbano tombado no Amapá pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As características arquitetônicas foram a principal justificativa para o tombamento.

Projetada para receber os funcionários da ICOMI e suas famílias, a vila Amazonas, tornou-se um símbolo de modernização para Santana. Segundo Nunes (2018), com espaços planejados para oferecer conforto ambiental e qualidade de vida aos seus trabalhadores, as vilas operárias da ICOMI são objeto de inúmeros estudos no campo da arquitetura e do urbanismo. Longe de possuírem a estética das construções modernistas da mineradora, as construções das populações ribeirinhas de Santana não são dotadas dos critérios tradicionais de monumentalidade exigidos em décadas passadas para representar o patrimônio histórico e cultural de um lugar.

A esse respeito, importa lembrar que, de acordo com o texto do Decreto-lei n.º 25/1937, a definição oficial de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor excepcional, valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Lemos, 2006, p. 42).

Note-se que, ao considerar como patrimônio apenas os bens dotados de materialidade, os quais seriam protegidos mediante o tombamento, a lei que fundamentou a política de preservação do patrimônio cultural do Brasil era limitada. Assim, não representava a diversidade cultural do país, tampouco conseguia dar conta de seus suportes de memória. Ancorada no tombamento, essa lógica preservacionista privilegiava os fatos memoráveis e os bens excepcionais, os monumentos arquitetônicos ganharam o poder de representar a imagem do Estado nacional e da cultura do país.

Segundo Fonseca (2005), os critérios de monumentalidade tiveram privilégio na seleção dos bens eleitos como representantes do patrimônio cultural de um lugar. Na citação de Lemos (2006), o viés da monumentalidade esvazia os elementos que compõem o patrimônio cultural.

Formados pela natureza, pelo saber fazer humano e pelos artefatos, esses elementos são indissociáveis. Dessa maneira, revelam que não existe materialidade capaz de se construir de modo isolado da natureza e das técnicas humanas, assim, não há saber fazer que se constitua de modo isolado da natureza.

Dito de outro modo, a divisão entre bens materiais e bens imateriais prejudica a apreensão dos processos em que a cultura se constrói, pois, sugere uma separação fictícia da vida, de acordo com Meneses (2004). Sendo assim, a sustentação de Horta (2005) faz todo sentido. Para ela, não existe um patrimônio material, e sim um patrimônio único, cuja essência é imaterial e produzida a partir de uma cultura transmitida no espaço e no tempo. No dizer da autora, esses espaços constituem-se campos de representação simbólica de processos sociais contínuos cristalizados nos fragmentos da matéria da cultura.

Portanto, apesar da separação entre material/imaterial ser comum nos assuntos atinentes ao patrimônio, ela é inadequada e simplista. Para Brusadin (2011, p. 34), o equívoco se dá porque “[...] a cultura material contém elementos imateriais e o mesmo ocorre no sentido inverso em um processo que deveria ser flexível”. Além disso, uma manifestação cultural tem sentidos, valores e significados que tornam a dicotomia material/imaterial do patrimônio falsa.

Ao refletir essa compreensão, a Constituição Federal de 1988 inovou ao determinar que o patrimônio não se restringe mais aos bens monumentais ou dotados de excepcionalidade. Ela incluiu ao conceito de patrimônio outros modos de expressão e valorizou a diversidade cultural, que caracteriza a formação do país, o que se observa no Art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I– as formas de expressão;
- II– os modos de criar, fazer e viver;
- III– as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV– as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V– os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Observa-se que, de maneira inédita, um texto constitucional define como patrimônio as duas dimensões da cultura: material/imaterial e, ainda, faz referência à identidade e à memória dos vários grupos responsáveis pela formação da sociedade brasileira. Ademais, a CF/1988 abandona o termo patrimônio histórico, substituindo-o pela expressão patrimônio cultural. Na avaliação de Brusadin (2011), essa substituição superou a concepção puramente arquitetônica de patrimônio, em benefício de uma concepção que abarque “[...] todas as expressões

simbólicas da memória coletiva, constitutivas da identidade de um lugar, de uma região e de uma comunidade” (Brusadin, 2011, p. 33).

Sob os aportes de Santilli (2005, p. 62), o texto da Constituição Federal de 1988 pressupõe “[...] a valorização da rica sociodiversidade brasileira, e o reconhecimento do papel das expressões culturais de diferentes grupos sociais na formação da identidade cultural brasileira”. Assim, o amadurecimento conceitual apresentado na Constituição Federal, indica que o patrimônio não está somente nos monumentos, mas também é formado pelas expressões, saberes e manifestações que compreendem a memória coletiva.

Em se tratando de comunidades ribeirinhas na Amazônia, há de se entender que pessoas, lugares, práticas, artefatos e conhecimentos constituem um universo simbólico que condiciona as relações sociais. Logo, compõem patrimônios vivos que merecem reconhecimento e valorização. A despeito disso, em Santana, o legado dos grandes projetos econômicos – juntamente com a força simbólica da política patrimonial tradicional – privilegiam a valorização dos espaços do capital, dessa maneira, a humanidade e a cultura local são invisibilizadas.

Por conta disso, ao dar visibilidade às memórias da vila Cutaca, busca-se notabilizar patrimônios vivos, referências culturais pouco lembradas no cenário local: sujeitos, saberes, modos de fazer. Consonante com as lições de Oliveira (2022, p. 28), pretende-se “[...] buscar nesse patrimônio uma contra história, a possibilidade de uma história a contrapelo, buscar histórias que não foram contadas por terem sido caladas”. Para além disso e segundo a defesa de Pesavento (2008, p. 4), a abordagem da vila Cutaca há de demonstrar que “[...] os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história

Desse modo, ao tratar dessa vila, a pesquisa aqui apresentada busca somar para novas percepções acerca dos lugares ocupados pelos grandes empreendimentos em Santana. Nesse município, as populações ribeirinhas contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento local, suas percepções, os anseios, as dificuldades, as lutas para melhorar o espaço ocupado foram esquecidas pela história oficial. Isto posto, por meio desse trabalho, aspira-se mudanças sobre essas populações que trabalharam para transformar Santana, assim como as empresas aqui instaladas, na segunda maior cidade do estado do Amapá.

3. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA

3.1. METODOLOGIA E INSERÇÃO DOS PROFESSORES NA PESQUISA

Neste capítulo, lançam-se as bases para a construção do produto educacional voltado para potencializar o ensino de História. O objeto de estudo já analisado nos capítulos anteriores apontou a pertinência das HQs como recurso pedagógico. Entende-se que, por ser um produto já familiarizado pelos estudantes, cujo formato agrega comunicação visual e verbal, a HQ é um recurso didático com potencial para despertar o interesse dos alunos pela leitura e pelo ensino de História.

Neste ponto, reforça-se que o estudo aqui apresentado é de natureza qualitativa. Portanto, além de pesquisa bibliográfica e levantamento de documentos, trabalhou-se com as entrevistas semiestruturadas. Nessa direção, um dos instrumentos utilizados foi o Roteiro de entrevistas semiestruturadas (**Apêndice A**). A escolha e formatação desse instrumento considerou os ensinamentos de Holanda (2006), para quem as entrevistas permitem elucidar e conhecer os complexos processos de constituição da subjetividade. É na subjetividade do entrevistado que são encontrados detalhes importantes para a compreensão do objeto de estudo.

Indo além, para Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa envolve um diálogo entre os investigadores e os sujeitos do estudo. Ou seja, as entrevistas podem se transformar em conversas, nas quais o pesquisador tem acesso a informações que não estão presentes em fontes oficiais. Consonante com a previsão dessa possibilidade, no processo de coleta de dados, as entrevistas individuais geraram dados não encontrados nas fontes escritas. Dito isto, elas foram preponderantes para compreender as vivências e experiências do outro, tal como defende Alberti (2004, p. 19).

Sobre isso, há de se pontuar que o trabalho aqui apresentado não pretendeu ser um estudo de história oral. Entende-se a complexidade da história oral como metodologia de pesquisa e, ao ter-se em vista as especificidades e dificuldades do estudo, elegeu-se o uso de uma das técnicas da história oral, que foi a entrevista. Nesse sentido, tal como sinaliza Alberti (2004), essa técnica viabilizou a identificação de dados ocultos nas fontes oficiais, revelando elementos que se chocam com a história oficial do município de Santana e que apontam a relevância da vila Cutaca e de seus sujeitos na constituição da cidade.

Isto posto, foi a partir das entrevistas junto aos moradores remanescentes da vila Cutaca que se construiu o produto final da pesquisa, a HQ intitulada “Vila Cutaca: as origens do bairro Nova Brasília”. O recurso pedagógico criado objetiva levar para o ambiente escolar uma fonte diversificada para ensinar conteúdos históricos, a partir de um gênero textual outrora utilizado para entretenimento. Nesse caso, é importante mencionar que não se trata de um material

didático com receita pronta para ser aplicado nas escolas. Sabe-se que, o/a docente possui autonomia na gestão da sala de aula, na escolha de seus métodos e na seleção dos recursos didáticos e tecnológicos. Isto posto, a HQ não traz um guia ou qualquer outra estratégia de aplicação.

A pensar-se com Pimenta (2005, p. 11), comprehende-se que “[...] o exercício da docência não se reduz à aplicação de modelos previamente estabelecidos, mas que, ao contrário, é construído na prática dos sujeitos professores, historicamente situados”. Portanto, o fazer pedagógico do professor é o elemento que garantirá uma aprendizagem escolar significativa e crítica. Em vista disso, longe de querer oferecer uma receita pronta, a HQ pretende suscitar reflexões e gerar possibilidades de aprendizados outros sobre a história do município de Santana-AP.

No que se refere à formação de professores, considerando o artigo de Cruz (2003), citado por Oliveira (2015), apresenta uma reflexão, da qual concordo, que os professores precisam se constituir em pesquisadores da própria prática, e produzir críticas e reflexões sobre suas atividades e conteúdo que ensinam, para identificar cada situação de ensino. A referida autora provoca-nos a pensar que no processo de formação dos docentes de História e trajetórias profissionais, há momentos em que os docentes enfrentam desafios não só quanto à dimensão pedagógica na profissão, mas há aqueles em que necessitam desempenhar a função de professores e pesquisadores.

Quanto a esta questão, no Brasil, desde 1998 vem se debatendo a necessidade de novas concepções para o ensino de História, ou seja, as demandas educacionais provocaram o desenvolvimento de concepções e práticas pedagógicas, quando o PCNH começou a orientar o ensino no 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental (Brasil, 1998).

Assim, em 2024, completaram-se 26 anos que o PCNH defende a ideia de que a construção do saber histórico nas escolas requer o diálogo entre o conhecimento histórico e científico, os saberes docentes e discentes, assim como os saberes relacionados à realidade social (Brasil, 1998). Conforme Oliveira (2015, p. 189), este documento brasileiro apresenta como pressupostos:

As concepções pedagógicas e as novas exigências curriculares colocadas pela legislação passaram a exigir do ensino de história a sua contribuição na formação de sujeitos críticos e capazes de interpretar e transformar a realidade, de buscar soluções possíveis para os problemas detectados em sua comunidade, de valorizar o patrimônio sociocultural (próprio e de outros povos) e de respeitar as diferenças culturais, evitando qualquer tipo de discriminação e exclusão social.

Nesse prisma, se torna pertinente que as mudanças necessárias para o ensino de História, viabilizem uma aprendizagem dentro dos princípios expostos pelos PCNH (Brasil, 1998). Assim, desde quando este documento brasileiro se tornou público, um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental provocam os professores a ter uma nova postura diante do que deve ser ensinado nas disciplinas de História e Geografia, nos anos finais da Educação Básica.

No espaço escolar, as concepções dos docentes e seus saberes pedagógicos refletem na rotina da sala de aula e influenciam no ensino e aprendizagem, pois segundo Pimenta (2005), a aprendizagem se constrói pelo significado que cada professor, confere à atividade docente no seu cotidiano, na qual envolve seus valores, o modo de situar-se no mundo, bem como a sua história de vida, seus saberes, entre outros aspectos, ou seja, do sentido que tem em sua vida em ser professor.

Todos esses elementos são fundamentais para que a prática docente possa atingir os objetivos educacionais para cada aula de História. Fazendo com que esse processo se torne mais significativo permeado de questionamentos, por parte dos alunos. Contudo, se torna vital considerar que a maneira como é conduzida o processo de ensino reflete na aprendizagem dos alunos.

A nova fase para o ensino de História tem como base na construção da cidadania, e acena com possibilidades do uso de novas fontes históricas para a consolidação da aprendizagem histórica, nesse cenário a HQ apresenta muitos desses elementos como um recurso didático possível para o ensino de História.

3.2. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS HQs

Muito se tem questionado sobre a utilização do livro didático como única fonte de pesquisa nas aulas de História. Em algumas escolas esse é o único recurso disponível para o trabalho do professor. Apesar da tecnologia ter adentrado os mais diversos espaços, as escolas ainda não conseguem acompanhar essas mudanças e estão longe de se adequar à nova realidade, especialmente a escola pública. A escolha da HQ foi motivada por essa realidade e pela vontade de se produzir um recurso didático acessível para professores e alunos das escolas de Santana, notadamente as situadas nas periferias do município, onde muitos não possuem acesso a recursos tecnológicos. A intenção foi criar um produto acessível e propulsor da aprendizagem histórica.

Para Bonifácio (2005), não se pode ignorar os conhecimentos advindos fora do espaço escolar. Muito menos creditar importância somente para o que é construído dentro do ambiente de ensino. Nesse sentido, a HQ se apresentou como uma possibilidade de levar para sala de aula um recurso que desperte a atenção dos alunos, um gênero textual significativo e dinâmico para o ensino de História.

Para melhor entendimento desse gênero textual, se faz necessário conhecer sua trajetória. Pelo seu caráter midiático, Calazans (2019, p. 4) descreve os modos pelos quais esse gênero ficou conhecido pelo mundo. Nas suas próprias palavras, “[...] nos EUA são conhecidos por Strip Comics (tira de humor), Bande Dessinée (banda, tira desenhada) na França e Bélgica, Historieta ou Comics (América Castelhana), Mangá (Japão). Por fim, no Brasil esse tipo de texto recebeu o nome de Gibi, título de uma revista famosa da Espanha, cujo significado é moleque negrinho (Calazans, 2019).

Nessa perspectiva, o aparecimento dos quadrinhos surge apoiado no desenvolvimento industrial dos Estados Unidos. Para Nogueira (2005, p. 1), [...] as histórias em quadrinhos nasceram na mesma época do cinema, influenciadas pela expansão da indústria, notadamente nos Estados Unidos. A popularidade, no entanto, ficou com o cinema com diversas produções cinematográficas, já para os quadrinhos, a falta de notoriedade perdurou por muito tempo, em muitos países por exemplo sofreram bastante rejeição e ficaram assombrando como um gênero subversivo, Santos e Vergueiro (2012).

Essa rejeição aos quadrinhos foi tão grande que, em alguns países, muitos exemplares dos quadrinhos foram queimados, numa espécie de inquisição, segundo os estudos de Bonifácio (2005). Essa visão negativa para as histórias em quadrinhos está relacionada com a publicação de uma obra chamada de “Sedução do Inocente”, do psiquiatra Fredric Wertham. A obra causou muitos questionamentos quanto a publicação desse tipo de texto nos EUA na década de 50, por seu conteúdo erótico, muitas pessoas acreditavam numa influência negativa aos jovens, conforme aponta Santos e Vergueiro (2012).

No Brasil, esse fator foi preponderante para que essa visão preconceituosa aos quadrinhos causasse também rejeição. De acordo com Bonifácio (2005), outro ponto negativo a esse gênero textual se refere ao fato que por muito tempo esse tipo de texto foi considerado uma leitura voltada para uma população inculta e marginalizada. Essa visão estereotipada aos quadrinhos causou muita impopularidade ao gênero textual, visto como uma leitura rasa aos olhos da classe dominante. O acesso a esse texto ficou restrito à população mais pobre, condicionada a textos de baixo valor, segundo os olhares da classe mais abastada.

Todos esses estereótipos atrasaram a entrada dos quadrinhos no ambiente escolar. O acesso ao gênero textual só foi possível quando uma nova legislação para a educação brasileira entrou em vigor, a Lei nº 9394/96 (LDB). A popularidade da HQ veio a partir das histórias produzidas por Maurício de Souza, nas famosas revistas da Turma da Mônica.

Todavia, a primeira publicação dos quadrinhos no Brasil, segundo Palhares (2009, p. 7), foi [...] em 30 de janeiro de 1869 [...], com *As Aventuras de Nhô Quin* publicada pela revista *Vida Fluminense*, do Rio de Janeiro". Após essa publicação, esse olhar negativo aos quadrinhos começa a se modificar, principalmente com a publicação e criação de um personagem chamado Chiquinho. Segundo Silva Junior e Rodrigues (2013), as HQs se destacaram pela criação, em 1905, do personagem Chiquinho, quando foi lançado *O Tico-Tico*.

Há de se considerar também que, em alguns países, as publicações dos quadrinhos serviram como aporte ideológico. Durante a Segunda Guerra, a invasão nazista resultou na criação do Supermam (Super-Homem)¹² Bonifácio (2005). O personagem se tornou muito famoso nos filmes cujos enredos são baseados em aventuras dos super-heróis, tendo como destaque os superpoderes. Após a II Guerra Mundial, muitos outros personagens com as mesmas características foram criados, o que estimulou o crescimento e a aceitação dos quadrinhos pelo mundo.

Para Bonifácio (2005), as criações de outros personagens para os quadrinhos foram construídas na perspectiva de questões políticas-ideológicas. No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, o país ganha seu primeiro personagem: o Zé Carioca, um papagaio que apresenta características dos moradores do Rio de Janeiro. Esse personagem representou o contexto da política da boa vizinhança desenvolvida pelos EUA, na década de 1933, e também, de modo leve e com doses de humor, representava a rotina dos latinos americanos.

No contexto político-ideológico, a concepção de diversos personagens para os quadrinhos possuiu objetivos para além do entretenimento. Muitos governos se valeram do sucesso dessas histórias para implantar e criar ambientes favoráveis aos governos que estavam no poder, divulgando suas principais ideologias de maneira lúdica e leve, para ser aceita pela sociedade. Isso mostra as diversas possibilidades que esses textos apresentam, sua utilização

¹² Esse herói foi criado pelos jovens Joe Shuster e Jerry Siegel, aquele que seria o primeiro e maior expoente de uma longa lista de super-heróis que surgiram *The Superman* (O Super-Homem). Vestindo roupa colante, e usando superpoderes que incluíam a grande força e a habilidade de voar, ele conquistou rapidamente o público leitor, enquanto salvava a humanidade de terríveis vilões. In: Bonifácio, Selma de Fátima. *História e(m) Quadrinhos: Análises sobre a História ensinada na arte sequencial*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2005. p. 45.

vai além do entretenimento, corroborando como condição adequada para ser implantado dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, para as experiências pedagógicas os quadrinhos surgem a partir da década de 1970, porém, com uma tímida aceitação dentro do espaço escolar. A virada de chave ocorre mesmo com a aprovação de uma nova legislação para a educação brasileira. Conforme aponta Silva Junior e Rodrigues (2013, p. 72), [...] uma das principais discussões, na área da metodologia do ensino de História, tem sido o trabalho educativo com diferentes linguagens e fontes no estudo dessa disciplina.

A esse respeito, Santos e Vergueiro (2012) destacam que, no Brasil, a partir de 1996, identifica-se um importante marco de aceitação das histórias em quadrinhos, as quais eram entendidas como parte das ferramentas pedagógicas. Com a aprovação dessa nova legislação para educação, os quadrinhos foram sendo inseridos e se tornaram populares dentro das etapas de ensino. A utilização desse gênero textual nas escolas, partiu da necessidade de trabalhar com novas linguagens no ambiente escolar. Nesse sentido, Palhares (2009, p. 3), comenta o uso das novas linguagens no ensino, para ele,

A utilização das diferentes linguagens para o ensino de História, vem contribuindo para a dinamização do cotidiano da sala de aula diversificando a prática do ensino da disciplina, permitindo melhor compreensão por parte dos alunos da mensagem que o professor deseja que ele receba.

Consoante a essas análises, para o ensino de História esses textos começam a aparecer nos livros didáticos por meio de tirinhas e charges, sempre tecendo relação aos conteúdos trabalhados. Contudo, foi com a publicação dos PCNHG (1997) que as HQs começaram a ser introduzidas dentro do espaço escolar, segundo análise de Lima (2017). Outro marco para a implementação dos quadrinhos nas escolas foi com a implantação do Programa Nacional Biblioteca Escolar - PNBE de 1997, no qual diversas obras foram designadas para as instituições de ensino da Educação Básica.

No entanto, foi somente em 2006 que o PNBE diversificou nas obras destinadas aos alunos nas escolas. Conforme aponta Sousa e Silva (2019, p. 6), foi [...] a partir de 2006, um novo apoio governamental à leitura das histórias em quadrinhos surge com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Para estes autores, pela primeira vez, os quadrinhos foram incluídos entre as obras literárias, o que iniciou as ações deste programa, com a finalidade de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura aos alunos e professores através dos diferentes gêneros textuais.

No que se refere aos documentos que orientam o ensino de História, Sousa e Silva (2019) advertem que tanto nas proposições do PCN, bem como nas habilidades apresentadas na BNCC de outras áreas, estes documentos brasileiros ressaltam a possibilidade de uso de várias formas de comunicação no ensino. Na visão desses autores, os quadrinhos têm uma colaboração importante, pois têm relação com as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas nas escolas, e aplicam-se à execução de trabalhos interdisciplinares, além de possibilitar levar as charges e tirinhas ao ensino.

Contudo, apesar desses avanços e da inclusão deste gênero literário nas escolas, desde o programa PNBE, os quadrinhos ainda eram interpretados como uma adaptação literária (Lima, 2017). A possibilidade deste gênero textual se tornar mais popular nos espaços escolares depende das pesquisas sobre o tema, em decorrência da diversidade de fontes e novas linguagens, conforme análise de Rocha (2015), citado por Lima (2017).

A ampliação de novas fontes possibilitou o ingresso das HQs no ensino de História, ampliando as possibilidades para trabalhar com os conteúdos históricos. Ao passo que, para Veloso (2020, p. 46), [...] na dinâmica da sala de aula, as HQs permitem articulação entre a prática e os saberes docentes, por possibilitarem a compreensão das experiências no tempo e do conhecimento, historicamente construído”. Sobretudo quando essa fonte está alinhada com temas históricos, apontado pelo autor como quadrinhos históricos.

Considerando os questionamentos expostos, o uso das histórias em quadrinhos requer atenção ao professor. A utilização desse recurso didático exige uma série de intervenções dentro de sala de aula, cujo trabalho do professor pode fazer a diferença. Nessa perspectiva, Santos e Vergueiro (2012, p. 85), comentam, [...] assim, um primeiro desafio colocado ao educador é conhecer a linguagem dos quadrinhos. Além de relacionar com as temáticas trabalhadas e observar as percepções de tempo e espaço.

Diante disso, são inúmeros os pontos positivos para levar as HQs para o ambiente escolar, especialmente no ensino de História. Por exemplo, Palhares (2009, p. 12), apresenta como contribuição dois caminhos, [...] os quadrinhos têm uma dupla função onde pode servir tanto como fonte de pesquisa histórica quanto um novo recurso onde os alunos possam interpretar o passado. Assim, o uso dos quadrinhos vai depender da criatividade do professor.

Nesse sentido, tal como defende Veloso (2020, p. 32), o uso das HQs no ensino de História e na Educação Básica, [...] ultrapassam os aspectos ilustrativos, lúdicos e de mero entretenimento. O uso dessa fonte no ensino de História tem potencial para atrair a atenção e o interesse dos alunos pelos conteúdos históricos desenvolvidos em sala de aula, fazendo com que o ensino seja mais prazeroso e dinâmico.

3.3. AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO RECURSOS DIDÁTICOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A nova LDB (1996) incentivou a utilização de novas linguagens na Educação Básica e aproximou fontes de pesquisas diversificadas ao ensino de História. Isso implicou na necessidade de inclusão de outros tipos de linguagens nas práticas pedagógicas no Ensino Fundamental e Médio, o que mais recentemente sofreu outras mudanças com as duas versões da BNCC (Brasil, 1996; 2017; 2018).

Nesses termos, segundo as considerações de Bertolino (2018, p. 17), o caráter aberto da HQ permite a manifestação dos desejos mais puros e ofertam uma oportunidade de reflexão da sociedade que cerca o indivíduo. Em vista disso, a produção de uma HQ voltada à vila Cutaca objetivou a ressignificar lugares esquecidos de Santana, bem como evidenciar grupos sociais invisibilizados no contexto da história oficial.

Sabe-se que o livro didático é um importante aliado ao trabalho docente. Em muitas escolas, ele predomina como o principal instrumento de aprendizagem histórica. Quando o professor consegue levar para sala de aula um instrumento diferente, as possibilidades de aguçar o interesse de alunos e alunas aumenta. Conforme Vilela (2012), em se tratando da disciplina História, não é muito comum encontrar narrativas históricas no formato de HQs. Em geral, esse gênero textual é mais explorado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira.

Vilela (2012) pesquisou a utilização das HQs no ensino da História pelos professores que trabalham no 2º ciclo do Ensino Fundamental e Médio. De acordo com ele:

Geralmente, encontramos a reprodução de uma capa de gibi ou de álbum de quadrinhos (Asterix, especialmente) ou de um quadrinho isolado (portanto, retirado do seu contexto original que seria uma sequência de quadros). Quase sempre essa reprodução de uma imagem de HQ é usada apenas para tornar o capítulo mais atraente visualmente (na introdução de um capítulo ou para ilustrar um box). Raramente é usada como parte de uma atividade. Além de Asterix, pouquíssimos quadrinhos aparecem nos livros didáticos de História [...] (Vilela, 2012, p. 92).

Pelo exposto, para Vilela (2012), a presença das HQs é restrita nos livros de História e, quando citadas, tem a finalidade de ilustração visual e não de contribuir com o tema do estudo. Além disso, o autor acrescenta que as editoras precisam de autorização relacionadas com direitos autorais dos criadores das personagens. Outra justificativa para essa pouca visibilidade é o tamanho ocupado pelas HQs nas páginas dos livros didáticos.

Diante deste fato, é importante mencionar os estudos a respeito do uso dos quadrinhos no ambiente escolar, os quais indicam a pertinência dessa ferramenta pedagógica para a

aprendizagem histórica. As obras já publicadas para o ensino de História trazem enredos alinhados aos acontecimentos históricos e podem ser exploradas pelo professor das mais diversas maneiras. Logo, por ser uma fonte de pesquisa constituída por uma linguagem gráfica sequencial, como destaca Vergueiro (2007), o professor pode trabalhar conteúdos extensos de maneira mais lúdica.

Nessa direção, as HQs permitem revelar as mudanças e permanências nas temáticas estudadas, os conceitos presentes nas narrativas, a observação de fontes históricas, a descrição do ano de criação do autor e do contexto da história. Indo além, elas também favorecem a definição de personagens, de vestuários, do ambiente em que se passa a história, dentre outros.

Nesse sentido, destacamos também algumas produções apontadas por Lima (2017) que podem servir de subsídios nas aulas de História. Para o autor, os professores já contam com um acervo bem diversificado de HQs que podem ser utilizadas nos mais variados contextos, sejam elas ficcionais ou não. São obras por exemplo que compreendem datações da História antiga como *Alix*, *Tintim e Você sabia?* Temáticas de povos indígenas presente na obra *Xingu*, *Povos Indígenas e Cumbe*, na perspectiva da Segunda Guerra Mundial com: *Maus e Gen: pés descalços*, e com análises referentes à questão das mulheres no mundo contemporâneo na HQ: *O mundo de Aisha*.

As HQs apresentadas podem ser incluídas nos mais variados eixos de História. As análises com esse recurso podem percorrer na [...] História e Biografia, História e Narrativa, História vista de baixo, Violência e Estereótipos, dentre outros, conforme indicado por Lima (2017, p. 168). De tal maneira, os enfoques podem seguir na direção de desconstrução de estereótipos presentes nos textos. De visão considerada preconceituosa, de observar novos pontos em temáticas já conhecidas, de observar a história pelo olhar dos sujeitos que dela participam. Enfim, as narrativas contadas em uma HQ apresentam um leque de possibilidades para o ensino de História.

Considerando as possibilidades de uso das HQs e a importância da utilização de novas fontes de pesquisa no ensino de História, o produto deste estudo explorou um elemento da história de Santana-AP. Nesse sentido, a HQ derivada da pesquisa apresentada foi construída a partir das memórias de alguns antigos moradores da vila Cutaca. Com base em Halbwachs (1990, p. 51), “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Assim, as memórias individuais dos moradores descreveram as dinâmicas na antiga vila e somaram na construção do enredo da HQ.

O conteúdo pensado para o produto apresentado possui aderência com a BNCC (Brasil, 2017, p. 397), uma vez que o passado a guiar a dinâmica do ensino-aprendizagem “[...] é aquele

que dialoga com o tempo atual”. Nesse sentido, em se tratando de Santana, pretendeu-se olhar para o passado de maneira a reconhecer a importância de pessoas comuns que ajudaram na formação e no desenvolvimento do município. Pessoas que por questões estruturais acabaram tendo suas histórias, valores e saberes escamoteados pela ideia de modernidade que guiou a instalação dos grandes empreendimentos no TFA.

Mais que isso, na construção da HQ sobre a vila Cutaca, o exercício de olhar o passado sob as lentes do presente também desejou evidenciar a importância de lugares poucos percebidos nos espaços. Em Santana, o predomínio de uma história atrelada aos sujeitos e ambientes vinculados aos grandes projetos notabilizou as grandes construções. Assim, na trajetória histórica do município, os monumentos de destaque econômico e arquitetônico se sobressaem em relação aos lugares mais simples. Em face dessa realidade, almejou-se provocar um olhar mais atento para as pessoas e lugares comuns que somaram na construção de Santana.

Reforça-se, portanto, que o texto da HQ desta pesquisa (**Apêndice E**) foi produzido com base nas entrevistas realizadas junto aos moradores que remanesceram da vila Cutaca, bem como nos poucos documentos encontrados sobre a vila. As dinâmicas vivenciadas pelas famílias remanejadas evidenciam a importância do local e de seus moradores na história do município. Ademais, elas revelam o surgimento do primeiro bairro planejado pelo poder público na cidade de Santana: o bairro nova Brasília. Desse modo, a HQ construída dialoga com a história local, pois aproxima os estudantes dos conteúdos da disciplina histórica escolar, fazendo-os (re) conhecer sua própria história, conforme se discute no subcapítulo adiante.

3.4. HISTÓRIA EM QUADRINHO DA HISTÓRIA DA VILA CUTACA: UM PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com Cagnin (2014, p. 34), os quadrinhos são constituídos por dois elementos essenciais:

1. As imagens e o texto. As imagens ou figuras são delimitadas por linhas ou pela moldura dos quadrinhos, representam ações e gestos das personagens para insinuar, na sequência, o significado de movimento; 2. O texto é exposto no balão, que abriga as falas e os diálogos, na legenda, que acomoda o narrador situando o leitor nas passagens que não são representadas pela imagem e nas onomatopeias, já incorporadas às histórias em quadrinhos.

As explicações de Cagnin (2014) serviram de orientação para a produção da HQ sobre a vila Cutaca, produto educacional entregue por esta pesquisa. O enredo do produto educacional

destaca a rotina das oito famílias entrevistadas, desde a chegada delas na vila Cutaca até a transferência para o bairro Nova Brasília. A história contada está alicerçada nas memórias dos antigos moradores da vila remanejada. O marco temporal do enredo é o início das operações mineradora ICOMI, no ano de 1953, e das demais empresas instaladas em Santana.

Essa delimitação temporal é indispensável para o leitor compreender que o TFA recebeu um grande quantitativo de pessoas, com a chegada dessas empresas. A partir dessa informação, conforme se vê na Figura 7, o enredo evidencia como os grandes projetos atraíram famílias inteiras de outros lugares para Santana, sendo os responsáveis pelo crescimento da vila Cutaca. Nessa direção, a HQ evidencia a transformação daquele lugar que, segundo algumas fontes, chegou a possuir mais 400 famílias.

Indo além, o texto explora as repercussões do remanejamento da vila no cotidiano das famílias, com destaque para as aspirações que elas possuíam junto ao espaço que fora planejado para recebê-las. Nesse contexto, destacam-se as dificuldades, as frustrações e os processos de resiliência que marcam a constituição do bairro Nova Brasília.

Figura 10 - Início da HQ da história da vila Cutaca



Fonte: Elaborado pela autora (2023), com ilustrações de Thaina Rodrigues da Silva¹³. A HQ foi pensada para ser explorada nas aulas de História da segunda etapa do Ensino Fundamental. Contudo, ela pode ser utilizada por outras disciplinas e em outras etapas da

¹³ Formada nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e Direito, é ilustradora e desenhista de 28 anos, proprietária da Ilustração de os desenhos da Thai.

educação básica, pode ser explorada tanto nas aulas de História da educação básica do município. Ao considerar-se a retirada da disciplina encarregada pelos temas regionais do currículo, há de se reconhecer a importância do uso interdisciplinar do produto.

No que se refere à disciplina História, a HQ pode ser utilizada para a abordagem de pelo menos três temas da história regional: 1) os desdobramentos locais do governo Getúlio Vargas, quando foram criados os Territórios Federais; 2) a formação do TFA, em 1943, e a instalação da ICOMI; 3) as repercussões do projeto ICOMI e demais grandes projetos no aumento populacional de Santana.

Na segunda etapa do Ensino Fundamental, o professor de História conta com três aulas presenciais por semana. Assim, em duas dessas três aulas, ele pode utilizar a HQ como fonte de pesquisa para a aprendizagem histórica. A partir dessa fonte, o professor poderá levantar questionamentos no sentido de permitir com que os alunos possam ter acesso a um episódio pouco conhecido na cidade, bem como reconhecer os espaços da cidade em que moram. De tal modo, eles poderão compreender a importância dessa vila e dos seus moradores para a história de Santana. Para isso, também elaboramos dois planos de aulas para o Ensino Fundamental (**Apêndices F e G**).

Sabe-se que recentemente o currículo do Ensino Médio passou por mudanças significativas. A disciplina de História perdeu espaço e isso se refletiu na aprendizagem histórica dos alunos. Para Bertolino (2018), essas mudanças exigem propostas novas com foco na humanização das relações no espaço escolar. Por seu turno, essas exigências acenam para a utilização de novas fontes nas pesquisas históricas, sinalizando a pertinência de recursos como a HQ.

Na história local, esse gênero textual há de favorecer a compreensão dos impactos dos grandes empreendimentos na região, destacando os lugares, os sujeitos e os modos de vida regionais pouco citados nos documentos oficiais. As possibilidades para o uso da HQ apresentada são diversas e indicou-se aqui apenas algumas sugestões. É sabido que a rotina diária nas escolas é bastante cansativa e impõe dificuldades que limitam a diversificação de recursos pedagógicos. Nesse sentido, espera-se que a HQ da história da vila Cutaca pode somar no fazer pedagógico de professores e professoras da Educação Básica do município de Santana, contribuindo para o ensino de História Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) vislumbrou o uso de novas fontes de pesquisas no ensino de História. Em vista disso, optou pela construção de uma HQ orientada pelo pressuposto da História Local. A narrativa centrou-se na transferência dos moradores de vila Cutaca para o bairro Nova Brasília. Essa pesquisa realizou um debate sobre populações que tiveram suas trajetórias de vida ofuscadas pela implantação de grandes projetos instalados no TFA.

Nesse sentido, a partir da vila Cutaca, pretendeu-se realizar um estudo sobre os lugares esquecidos de Santana-AP, almejando revelar a importância de sujeitos e lugares comuns na constituição histórica cidade. Não raramente, essas pessoas e espaços são esquecidos na escrita da história oficial do município, ocupando papéis secundários na trajetória histórica do lugar.

Diante disso, o primeiro capítulo do trabalho esforçou-se para debater os conteúdos abordados pela disciplina de História. Por ser um Mestrado Profissional voltado para o ensino de História, a princípio, levantou-se questionamentos acerca dessa disciplina escolar. As discussões apontaram a predominância da visão eurocêntrica nos conteúdos didáticos e o apagamento das contribuições de sujeitos outros na história local.

Em seguida, ainda sob a perspectiva do ensino de História, buscou-se compreender como as novas legislações educacionais mudaram o currículo escolar e, assim, viabilizaram a introdução de novas fontes de pesquisas nas aulas de história. Esse novo contexto valorizou o uso da história local nos debates de temas relacionados à realidade dos alunos. Foi pensando nessas possibilidades que se optou pela construção de uma HQ como produto educacional.

Nesse sentido, a produção da narrativa central do produto exigiu estudos sobre a formação do município de Santana. Assim, situou-se a influência indígena e portuguesa na constituição desse território, bem como destacou-se o papel dos grandes projetos na constituição do atual município. Nessa direção, mostrou-se como a implantação da mineradora ICOMI, da Brumasa de e outros grandes empreendimentos influenciaram no aumento populacional da cidade, provocando o surgimento de núcleos populacionais nas suas margens.

Ofuscados pelo discurso de modernidade e pelas grandes estruturas construídas no TFA, esses núcleos quase não aparecem nas fontes oficiais. Quando citados, em geral, são preteridos pelos benefícios econômicos advindos do uso de seus respectivos espaços, por parte das grandes empresas. Em face disso, as memórias das pessoas que remanesceram da vila Cutaca revelaram-se como fonte privilegiada de pesquisa. A fonte oral desses antigos moradores muito informou

sobre os processos sociais em curso, naquele período. Mais que isso, revelaram frustrações com as promessas recebidas em nome do progresso, bom como indicaram processos de resiliência.

Embora tenham relevância na cultura, na economia e na constituição histórica de Santana, as populações ribeirinhas que somaram na construção da cidade ocupam lugar periférico na memória e história do lugar. Isso se estende aos seus espaços de reprodução cultural. É notório que a cidade de Santana não mantém uma boa relação com os seus lugares de memória e isso se manifesta na inexistência de museus, na ausência de políticas voltadas à preservação e no desaproveitamento de espaços de memória em favor da sociedade civil. Se até as grandes estruturas como o porto e a ferrovia foram abandonadas, o que se esperar dos lugares que residem apenas nas lembranças dos mais velhos e já não fazem parte da espacialidade do município?

Ao considerar a vila Cutaca e seus antigos moradores como elementos relevantes para a história de Santana, este estudo defende o reconhecimento dos valores, saberes e lutas das populações ribeirinhas que para cá vieram em busca de dias melhores. Pessoas que pela contribuição prestada ao município merecem ser legitimadas como patrimônios vivos da cidade. Com base nessa perspectiva é que o produto educacional foi produzido a partir das memórias dos antigos moradores da vila Cutaca. Além de guardarem dados preciosos sobre as dinâmicas dessa vila, esses sujeitos também guardam as memórias do surgimento do bairro Nova Brasília, primeiro bairro planejado pelo poder público em Santana. Portanto, são fontes privilegiadas de pesquisa.

Há de se destacar que a opção pela memória desses moradores remanescentes também se deu pelas dificuldades de acesso a fontes documentais. O Amapá não possui um acervo público e os documentos a que foi possível acessar constam em acervos particulares de difícil entrada e/ou em acervos formados por projetos que ainda estão em fase de execução, tal como o Projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI, da UNIFAP. Embora o referido projeto tenha disponibilizado seu acervo, muitos documentos ainda não haviam sido digitalizados, quando da realização da pesquisa documental. Assim, utilizou-se apenas algumas fontes desse projeto.

Dito isto, este trabalho não pretende esgotar as discussões sobre a vila Cutaca. Ao contrário, objetiva suscitar questionamentos para novas discussões. Até aqui, o que se arrisca afirmar é que, diante das dificuldades enfrentadas no bairro Nova Brasília, os moradores remanejados da vila Cutaca não ficaram esperando pelo poder público. Foi com muito trabalho e resiliência que eles foram se firmando no novo bairro. Assim, aos poucos, conquistaram espaços e serviços que lhes garantiram alguma dignidade, a exemplo de escolas, posto de saúde,

feira e igrejas. Ainda que tenham muito a conquistar, os esforços desses moradores mais antigos foram fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do bairro Nova Brasília. Consequentemente são elementos importantes na trajetória histórica da cidade de Santana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, Porto, Série 1, Vol. 14, p. 77-97, 1998.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- AMAPÁ. **Referencial Curricular Amapaense**. Macapá, 2019.
- ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória Memórias de um lugar: patrimônio imaterial de IGATU, Andaraí. **Revista: Turismo e Patrimônio Cultural**, Bahia, Vol. 6, n. 3, p. 569-590. 2008.
- ARRUDA, Ana Paula Costa. **Cotidiano da cidade de Macapá nas crônicas dos jornais macapaenses de 1968 a 1990**. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Federal Paulista “Júlio de Mesquita Filhos”, Araraquara, 2022.
- ASSUMPÇÃO, Ana Laura.; CASTRAL, Paulo César. Memória, Identidade e Cultura: Condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, Vol. 14, n. 27, p. 6-32, Jul/Dez, 2022.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de história, memória e história local. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, Vol. 2, n. 1, p. 301-321, Ago. 2013.
- BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Vol. 10, n. 1, p. 95-129, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. **O Lugar da História Local**. São Paulo: Intervozes, 2013.
- BERTOLINO, Matheus. **Das HQs à Imaginação Histórica: Reflexões para o Ensino de História**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.
- BIGOTO, Benedito Marcos. O estudo da história regional e da história local nas universidades. **Revista Científica UNAR**, Araras, Vol. 15, n. 2, p. 155-169, 2017.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, Vol. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Ed. Porto, 1994.

BONIFÁCIO, Selma de Fátima. **História e(m) Quadrinhos: Análises sobre a História ensinada na arte sequencial**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 14^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, Acesso em: 15 Fev. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC; SEF, 1997. Vol. 5.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC; SEF, 1998. Vol. 6.

BRITO, Daniel Chaves. Extração mineral e relações de trabalho na Amazônia: a experiência da exploração de manganês em Serra do Navio. **Papers do NAEA**, Belém, Vol. 1, n. 1, p. 4-23, 1996.

BRITO, Daniel Chaves. **Modernização de Superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: UFPA; NAEA, 2001.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEOgraphia**, Niterói, Vol. 10, n. 20, p. 74-105, 30, Jun. 2008.

BRUSADIN, Leandro. **A dinâmica do patrimônio cultural e o Museu da Inconfidência Mineira em Ouro Preto (MG)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

CAGNIN, Antônio Luiz. **Os Quadrinhos: Linguagem e semiótica**. São Paulo: Criativo, 2014.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **História: Ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2010. p. 59-82. (Col. Explorando o Ensino, Vol. 21).

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre o ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, Niterói, Vol. 11, n. 21, p. 17-32, 2006.

CAIMI, Flávia Eloisa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. A História na escola: é possível pensar/agir a partir do todo. **Interações**, Campo Grande, Vol. 15, n.1, p. 89-99, Jan./Jun. 2014.

- CALAZANS, Flávio Mário de Alcântara. **Midiologia das Histórias em Quadrinhos como Recurso Didático**. São Paulo: FUNDUNESP, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: A era da informação**. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. 9^a ed. rev. ampl. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. Vol. 2.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Ideologia, Memória, Esquecimento e as ressignificações dos lugares. **Revista Binacional Brasil/Argentina**, Vitória da Conquista, Vol. 3, n. 1, p. 25-39, Jun. 2014.
- COSTA, Ariana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. **Revista de História**, João Pessoa, n. 16, p. 147-160, Jan./Jun. 2007.
- COSTA, Otávio. Memória e Paisagem: Em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Vol. 15, p. 149-156, Jan./Jun. 2003.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilharga da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados do regatão na Vida do Amapá-1945 a 1970**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Vol. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.
- DAGOSTIN, Júlia Eduarda; DAL MOLIN, Débora Cristina. Ensino de história: Local e identidade social. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, Vol. 8, n. 1, p. 1840-1850, Jan. 2022.
- DAVID, Priscila. História Oral: Metodologia do Diálogo. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Vol. 9, n. 1, p. 157-170, Jan./Jun., 2013.
- DERROSSO, Giuliano Silveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente & Sociedade**, Franca, Vol. 17, n. 3, p. 97-114, Jul./Set., 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2^a. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC/ IPHAN, 2005.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11^a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Luerdes Parreiras. Lições das Coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. **Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, Vol. 31, p. 220-233, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Histórias em quadrinhos e ensino de História. **Revista História Hoje**, São Paulo, Vol. 6, n. 11, p. 147-171, 2017.

LIMA, July Francisca Alcolumbre. **Cidades de Santana (AP) e Caiena (GF): Um estudo comparativo sobre a concepção de planejamento urbano - 2000-2011**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

MARINHO, Geane Cardoso; SANTOS, Thaís Mendes. **Ilha de Santana: Entre o rural e o urbano**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O Ensino de História no Brasil: Contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 15, n. 1, p. 40-49, Jan./Abr. 2011.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENEZES, José Carlos Figueira. Da vila Cutaca ao Nova Brasília: Os relatos de vida e seus usos pedagógicos para uma aprendizagem significativa na disciplina de História. In: ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz; SARDINHA, Antônio Carlos; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. (Org.). **Metodologia e Ferramentas da História Ensinada**. Curitiba: CVR, 2022. p. 121-153. (Col. Aprender História, Vol. 2).

MUNIZ, João de Palma. Município de Mazagão. **Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará**, Belém, p. 383-515, 1916.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Vol.13, n. 25/26, p. 143-162, Set./Ago. 1993.

NOGUEIRA, Natania A. Silva. Aprendendo história através das HQs: Experiências e considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, 23. **Anais**. Londrina: ANPUH, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. de Yara Aun Khoury. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História 10**. Vol. 10, p. 7-28, Jul./Dez, 1993.

- NUNES, Elke Daniela Rocha. **Mineração de manganês no Amapá: controle de trabalho e memória dos trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973.** Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- NUNES, Neila Ferraz Moreira Nunes. História Local: Conceito, trajetória, razões e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 2, p. 2-19, Jul./Dez. 2020.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O aprendizado da História por meio do patrimônio cultural. **Interações**, Campo Grande, Vol. 23, n. 1, p. 19-33, Jan./Mar. 2022.
- OLIVEIRA, Eliana Paixão; PENA, Maryjara Sanches. **Vila Kutaca, o aglomerado de exclusão do projeto ICOMI, de 1970 a 1980.** Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. (Coord.). **História: Ensino fundamental.** Brasília: MEC/SEB, 2010. (Col. Explorando o Ensino, Vol. 21).
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. A formação de professores-pesquisadores no curso de História da UNB: Uma análise da proposta curricular das atividades de estágio supervisionado. **Revista Mosaico**, Goiânia, Vol. 8, n. 2, p. 173-182, Jul./Dez. 2015.
- PALHARES, Marjory Cristiane. História em quadrinhos: uma ferramenta pedagógica para o ensino de história. **Dia a Dia Educação**, Paraná, 2009, p. 1-20. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf>, Acesso: 15 Mar. 2023.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico**, Goiânia, Vol. 1, n.1, p. 3-12, Jan./Jun. 2008.
- PIMENTA, Selma Garrido. Professor-pesquisador: mitos e possibilidades. **Revista Contrapontos**, Itajaí, Vol. 5, n. 1, p. 9-22, Jan./Abr. 2005.
- POLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RODRIGUES, Laércio Gomes; LAPA, Tomás de Albuquerque. Contradições sociais e urbanas vistas pela fresta da casa: moradia popular, hábitos tradicionais versus gestão urbana no Território Federal do Amapá (1940-1970). **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap**, Macapá, Vol. 13, n. 2, p. 321-340, Jul./Dez. 2020.
- SAITO, Alanna Aquemi Santiago. **As Company Towns e Vilas Periféricas no Amapá: Histórias e memórias de uma outra Amazônia (1960-2010).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Integração Latino-Americano, Foz do Iguaçu, 2023.

- SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 32, p. 62-79, 2005.
- SANTOS, Roberto Elísio dos; VERGUEIRO, Waldomiro. Histórias em quadrinhos no processo de aprendizado: Da teoria à prática. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 27, p. 81-95, Jan./Abr. 2012.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASparello, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- SCHMIDTH, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. (Org.). **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.
- SCHMIDTH, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, Vol. 16, n. 37, p. 73-91, Mai./Ago. 2012.
- SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; RODRIGUES, Fabiana Conceição de Moura Gonçalves. Histórias em quadrinhos e ensino de História: Olhares e práticas, **OPSIS**, Catalão, Vol. 13, n. 1, p. 66-82, Jan./Jun. 2013.
- SILVA, Luís Carlos Borges da. A importância do estudo da história regional e local na educação básica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, 27. **Anais**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-11.
- SIMONIAN, Ligia. T. Lopes; SILVA, Ana Cristina Rocha; NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. Resiliência/Resistência Cultural Citadina Em Macapá (Brasil): A Trajetória e a Territorialidade do Marabaixo. **Tempo Amazônico**, Macapá, Vol. 11, p. 77-103, 2022.
- SOUZA, Mateus Sampaio de; SILVA, André Luiz Sousa da. Os quadrinhos na educação: a visão institucional brasileira desde a LDBEN/96 a BNCC/17, 2019. Disponível em: http://jornadas.eca.usp.br/anais/6asjornadas/q_educacao/mateus_sousa.pdf, Acesso em: 15 Fev. 2023.
- SOUZA, Manoel Azevedo de. **Imagens, Memórias e Discursos: a construção das identidades amapaenses no Jornal Amapá - 1945 a 1968**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, Vol. 1, n. 26, p. 177-194, Jan./Jun. 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Resolução nº 026/2016-CONSU**. Macapá: UNIFAP, 2016.

VARELA, Cícero Soares. **Aprendizagem Histórica e Ensino de História por meio das Histórias em Quadrinhos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Regional do Cariri, Crato, 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro. A atualidade das histórias em quadrinhos no Brasil: a busca de um novo público. **História, Imagem e Narrativas**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 5, p. 1-20, Set. 2007.

VIANA, Telma Maria da Silva. Planejamento e Gestão urbanos na Orla Fluvial de Santana: Aportes para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

VILELA, Marco Túlio Rodrigues. A Utilização dos Quadrinhos no Ensino de História: Avanços, desafios e limites. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

Apêndice A Parecer nº 6.639.326 – CONEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: A VILA CUTACA E OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA DE SANTANA-AP

Pesquisador: MARYJARA SANCHES PENA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76775223.3.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.639.326

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa objetiva resgatar as memórias dos antigos moradores de Vila Cutaca, uma povoação situada nas margens do rio Amazonas, no então Distrito de Santana. Na década de 1970, em meio às estratégias de escoamento dos produtos produzidos no Território Federal do Amapá (TFA) e da consequente construção de um porto fluvial, a população ribeirinha que habitava a vila Cutaca foi remanejada para uma outra área de Santana. O remanejamento deu origem ao primeiro bairro planejado pelo Poder Público no Distrito, o qual foi denominado de Nova Brasília. Apesar de estar presente nas memórias dos mais velhos, a Vila Cutaca foi invisibilizada pelo discurso de modernização do TFA. Ao propor o resgate dessas memórias por meio do ensino de história, esse trabalho se justifica por evidenciar sujeitos que sempre tiveram suas lutas, trajetórias e modos de vida silenciados pelo discurso oficial. Indo além, o estudo há de situar a importância da Vila Cutaca e de seus sujeitos na história de Santana. Para tanto, o trabalho será guiado pelo método qualitativo, de maneira a combinar a pesquisa historiográfica, a análise da memória social, da história oral e de fontes documentais. A triangulação das análises advindas desse esforço metodológico será expressa em uma história em quadrinhos guiada pela discussão acerca da memória e do patrimônio, a fim de instigar reflexões sobre a noção de modernidade e suas repercussões sobre os valores, tradições, saberes, fazeres e modos de vida locais. O público alvo do produto citado são alunos da segunda etapa do Ensino Fundamental (9º ano). Com base em fontes documentais diversas e nas memórias

Endereço:	Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero		
Bairro:	Bairro Universidade		
UF: AP	Município:	MACAPA	
Telefone:	(96)4009-2805	Fax:	(96)4009-2804
		E-mail:	cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.639.326

dos antigos moradores da Vila Cutaca, a história em quadrinhos a ser criada pretende contribuir com um ensino mais significativo, voltado para o fortalecimento de identidades e para a percepção das memórias dos diferentes grupos sociais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar as histórias silenciadas dos moradores de vila Cutaca e sua relação com o processo de modernização do Território Federal do Amapá no período de 1970 a 1980.

Objetivos Secundários:

Compreender sobre patrimônio a partir das memórias silenciadas dos moradores do bairro Nova Brasília; Resgatar as histórias silenciadas de Santana por meio das memórias dos moradores remanescentes da vila Cutaca;

Producir uma história em quadrinhos sobre a trajetória da transferência dos moradores de vila Cutaca, a fim de revelar as histórias silenciadas do Município de Santana-AP.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da sua participação nesta pesquisa são mínimos, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo aos participantes.

Benefícios:

Os benefícios deste trabalho é compreender o processo de transferência dos moradores de vila Cutaca para o Bairro Nova Brasília e evidenciar sujeitos que tiveram sua trajetória de vida silenciada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa exequível e importante para resgatar memórias que fazem parte do cotidiano de Santana-AP, relacionadas com trajetória de pessoas comuns que tiveram suas vidas modificadas por interesses do Estado, que em nome da modernização da cidade tiveram suas histórias silenciadas. Histórias a serem trabalhadas no ensino de história com alunos do ensino fundamental.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou todos os termos obrigatórios, com os ajustes do TCLE, do Projeto/Informações Básicas

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero

Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280

UF: AP Município: MACAPA

Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804

E-mail: cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.639.326

da Pesquisa e o cronograma.

- TCLE: inseriu benefícios, retirou data da entrevista e colocou espaço para coleta de digital.
- Projeto: incluiu princípios éticos com base nas resoluções (466/2012 e 510/2016); incluiu critérios de inclusão dos participantes da pesquisa; esclareceu na metodologia que não haverá aplicabilidade com os alunos do 9º. da Escola Militar Afonso Arinos de Melo Franco. Inseriu essas informações no formulário da Plataforma Brasil (documento Informações Básicas da Pesquisa).
- Ajustou cronograma no Projeto e nas Informações Básicas da Pesquisa.

Recomendações:

Recomenda-se aprovação.

Recomenda-se apresentar Relatório Final da Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto apresentou todos os ajustes solicitados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJECTO_2265123.pdf	29/01/2024 21:27:32		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoDepesquisa.docx	29/01/2024 21:26:31	MARYJARA SANCHES PENA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	29/01/2024 21:23:58	MARYJARA SANCHES PENA	Aceito
Outros	roteiroDeentrevista.docx	19/12/2023 21:06:31	MARYJARA SANCHES PENA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDerosto.pdf	19/12/2023 20:59:42	MARYJARA SANCHES PENA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
 Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
 UF: AP Município: MACAPA
 Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.639.326

MACAPA, 06 de Fevereiro de 2024

Assinado por:

Cecilia Maria Chaves Brito Bastos
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
UF: AP Município: MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

Apêndice B
Roteiro para as entrevistas individuais

- 1- Nome e idade?
- 2- Por que você foi morar na vila Cutaca? Qual ano?
- 3- Como era a Vila Cutaca?
- 4- Como era a estrutura das casas e do bairro?
- 5- Como ocorreu a informação sobre o remanejamento?
- 6- Algum morador não concordou em sair de lá?
- 7- Como apresentaram o novo bairro para vocês?
- 8- Como você recebeu sua casa no novo bairro?
- 9- Houve escolha por parte dos moradores para sugerir em qual casa morar?
- 10- Como era a estrutura do bairro Nova Brasília?
- 11- Os moradores receberam algum documento para comprovar a posse dessas novas casas?

Apêndice C - Roteiro para criar a História em Quadrinhos

Título: História em quadrinho da vila Cutaca.

Personagens: Antonino, Antônio, Izídio, Juraci, Jurandir, Maria e Lurdinha e Izabel.

Introdução: Na década de 1950 a ICOMI começa a operar na extração do manganês no Território Federal do Amapá. Em Santana outras empresas como a Brumasa iniciam suas operações oferecendo muitas vagas de empregos. Essas notícias rapidamente se espalham pela região, atraindo uma grande massa de trabalhadores que moravam em lugares com poucas oportunidades de empregos e necessitavam da falta de serviços básicos.

Assim, muitas famílias começaram a se deslocar para essa cidade na esperança de conseguir algum emprego. Na cidade de Mazagão, o pai do Antonino informa a família que eles irão mudar:

Antonino: Pai, por que a gente vai sair da nossa casa?

Pai- filho aqui não tem emprego, a gente vai para um lugar onde tem emprego, lá em Santana. Em outras cidades do interior, chegam a notícia de que tem empresas funcionando em Santana, na mesma época que o esposo de Maria Ferreira tinha perdido o emprego em Campo Verde. Maria conversando com uma vizinha fala: a gente vai sair daqui do Porto Platon, meu marido não tá mais trabalhando, a gente vai pra Santana, ele vai ver se consegue um emprego na Brumasa.

Em Afuá a família da dona Lurdinha estava animada para a mudança, ela, seu marido e os filhos iam iniciar uma nova jornada em Santana em uma localidade conhecida como vila Confusão. Essa vila ficava nas margens do rio Amazonas, próximo da empresa Brumasa, era formada por diversas casinhas simples, cobertas de palha e com muitos caminhos que iam até o cemitério de Cumaru, o campinho de futebol e o portinho do rio.

Chegando na vila, o marido de dona Lurdinha arruma uma casa para acomodar sua família, em seguida sai em busca de emprego em algumas empresas instaladas no distrito de Santana.

Marido da Lurdinha: Mulher conseguiu um emprego na Brumasa!

Lurdinha: Graças a Deus! Como foi fácil, nossa família está amparada.

As empresas instaladas na cidade começaram a atrair muitas pessoas para Santana, que sem muita opção e pela facilidade vão morar na vila Confusão.

Nessa vila além das casinhas, tinha baiucas do seu Mimi e do seu Benhor, lá se vendia de tudo e a retalho. As noites escuras eram iluminadas por lamparinas, durante o dia os trabalhos começavam cedo com as mulheres tirando água do poço com ajuda dos sarilhos, os maridos iam trabalhar na Brumasa e as crianças logo saiam para estudar. Os caminhos percorridos pelos

alunos eram do seu Romualdo, do seu Leal, da dona Maria Pereira até chegar no Grupo escolar Porto de Macapá. Nos fins de semana a diversão ficava por conta do campo de futebol e dos banhos na beira do rio, e aos domingos a missa era na capelinha com os padres Damião, Fúlvio e Ângelo Biragui.

Em uma noite chuvosa, vários jovens retornam para suas casas na vila Confusão e começam a ouvir barulhos em algumas poças de água.

Antônio: que bicho é esse tem muito aqui?

José (fictício): cara, acho que é cutaca.

Antônio: Credo! Mas tem muito desse bicho aqui na vila!

José: acho que essa vila era pra ser chamada de vila Cutaca (risos!).

Antônio: rapaz! E num é que é mesmo.

Em um sábado no campo de futebol, alguns moradores conversam sobre o novo nome da vila, e acham a ideia legal, porque realmente aquele lugar estava cheio de cutaca. A partir daquele momento a vila mudou de nome, todo mundo que morava nela começou a chamá-la de Cutaca. A vila Cutaca foi recebendo muitas famílias, ficando com mais de 400 famílias, muitos vieram do interior e de outros estados. Essa vila despertou o interesse do governo que necessitava construir um porto fluvial, por conta de ficar nas margens do rio Amazonas.

Numa manhã alguns funcionários da prefeitura foram realizar um cadastramento na vila Cutaca para saber quantas famílias moram lá, chegando até a casa da dona Maria Ferreira.

Funcionários: Bom dia! A senhora é a proprietária da casa?

Maria: Bom dia! Sou eu mesma.

Funcionário: Estamos passando para avisar que o governo vai precisar dessa área para construir um porto, mas não se preocupe, a senhora vai ganhar uma casa na vila Maia.

Maria: tá bom, quando vai ser?

Funcionário: Vamos avisar todo mundo.

E os funcionários começaram a ir de casa em casa, transmitindo a informação que todo mundo iria mudar para uma área na vila Maia.

Na rua da dona Lapinha seu Izídio conversa com o vizinho.

Izídio: Compadre, o senhor já tá sabendo da mudança?

Compadre: já compadre, os funcionários vieram aqui, e avisaram que vamos ganhar uma casa!

Izídio: pois é, tomara que tenha água e escola pros nossos filhos!

Na casa do seu Antonino, o aviso chegou bem antes nos anos de 1967, o pai dele já tinha sido informado que na vila seria construída uma fábrica de celulose, e no ano de 1977 iniciaram as obras na vila Maia. A área destinada a receber os moradores de vila Cutaca além das casas, foi

feito melhoramento dos serviços básicos, algumas ruas foram projetadas em formato de curvas, uma novidade para Santana. Além desses serviços foi projetado uma praça para o lazer das famílias.

Chega o grande dia! No ano de 1978, muitos caminhões da prefeitura começaram a derrubar as casas e levar o pessoal para vila Maia.

Seu Antônio ficou assustado quando olhou para Cutaca e viu fogo:

Antônio: Será que pegou fogo a casa?

Ele veio apressado para verificar como estava sua família, entrou na rua do seu Romualdo para cortar caminho e avistou sua vizinha.

Vizinha: os funcionários da prefeitura tiraram sua casa daí. Seu primo sabe para onde levaram a Deusa e seus filhos.

No encontro com o primo do seu Antônio ele informou:

Primo: tua minha mulher tá numa casa no caminho do Leal, e eles derrubaram várias casas, falou o primo assustado!

Todos os moradores começaram a trazer suas famílias para a vila Maia, algumas dessas famílias tiveram uma surpresa.

Funcionário: Seu Jurandir, sua casa ainda não tá pronta, sua família vai ficar nesse alojamento.

Jurandir: só minha família?

Funcionário: não, o senhor vai dividir o alojamento com outras famílias, mas tenha paciência que logo sua casa será entregue.

Jurandir: onde ela vai ficar?

Funcionário: Vamos escolher as casas para cada família que veio da Cutaca.

Enquanto não terminaram de construir as casas, as famílias foram se ajeitando como podiam.

Logo que terminaram as casas foram entregues, e outra surpresa vem!

Quando chegaram às suas casas, somente uma parte ficou emparedada, sem água encanada, sem energia elétrica, sem escolas.

Por não ter escolas, muitas crianças iam caminhando para estudar na escola próximo de Vila Cutaca, essa foi a preocupação do Seu Jurandir, sua preocupação ele fala para outra moradora:

Jurandir: O Regi vai caminhar muito, para chegar na Escola Paroquial ele vai atravessar a rua Nova todinha, será que ele vai da conta? Tem apenas 8 anos!

Izabel: Vamos fazer um abaixo assinado pra eles construírem uma escola aqui pros nossos filhos, a caminhada é longa por essa Maria Colares!

Além da falta de escola, muitos moradores ficaram frustrados com as estruturas das casas, elas só tinham paredes no quarto feitas com compensados, não tinha água e não tinha energia. Com poucos recursos, muitas pessoas foram até o lixeiro da Brumasa atrás de compensado para terminar as paredes das casas. Muitas conversas entre os moradores evidenciam os desafios enfrentados logo após a transferência:

Dona Juraci: O pessoal recebeu as casas improvisadas, coberta de palha, com pouca parede, sem janela e porta, e por isso foram até o lixeiro da Brumasa pegar compensado. E agora o pessoal da Maia fica chamando nós de flagelados.

Dona Maria: essas bandolinas, é uma coisa pequena feia, feia, feia, tudo mal feito, sem energia elétrica, sem água, eles prometeram uma casa terminada.

Dona Lurdinha: eu tô estranhando esse lugar, ele é muito quente, fica longe do rio, na Cutaca era mais ventilado.

Dona Izabel emocionada fala: minha mana, aqui tem muito carapanã, muita baratinha, eu tenho que embrulhar a comida, é só mato é deserto, na Cutaca era mais animado.

Mesmo com muitos obstáculos enfrentados pela falta de serviços básicos, os moradores precisaram se adaptar à nova realidade e com união foram em busca de algumas melhorias para o novo bairro. Esse espaço recebeu o nome de bairro Nova Brasília, hoje esse bairro se tornou um dos principais espaços urbanos de Santana.

A importância do bairro Nova Brasília para Santana tem como principal protagonista os moradores transferidos da vila Cutaca. Pela sua trajetória, as famílias ajudaram a construir a história de Santana e são tão importantes quanto as empresas aqui instaladas, esse fato faz com que seus moradores merecem ser lembrados pela história oficial do município.

Apêndice D
Termo de Consentimento e Livre Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Srº (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “Patrimônio e Memória: a vila Cutaca e os silêncios na história de Santana”. O objetivo deste trabalho é compreender o processo de transferência dos moradores de vila Cutaca para o Bairro Nova Brasília. Para realizar o estudo será necessário que o (a) Srº (a) se disponibilize a participar de entrevistas, previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar o processo de deslocamento dos moradores de vila Cutaca para o bairro Nova Brasília. Os benefícios desse trabalho é compreender o processo de transferência dos moradores de vila Cutaca para o bairro Nova Brasília e evidenciar sujeitos que tiveram sua trajetória de vida silenciada pela história oficial. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são mínimos, em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste Termo de Consentimento e Livre Esclarecido, o qual o (a) Srº (a) receberá uma cópia.

O (a) Srº (a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº 466/12 e complementares. Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone (96) 99193-6035. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n, Bairro: Marco Zero do Equador, Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____, declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendi o que me foi explicado. Por isso, concordo em participar da pesquisa intitulada: **“Patrimônio e Memória: A vila Cutaca e os silêncios na história de Santana”**.

Assinatura da pesquisadora
 Universidade Federal do Amapá
 Celular: 99193-6035
 E-mail: maryjara79pena@gmail.com

Assinatura do entrevistado

Apêndice E
HQ da história da vila Cutaca

VILA CUTACA: AS ORIGENS DO BAIRRO **NOVA BRASÍLIA**

MARYJARA SANCHES PENA



VILA CUTACA:
AS ORIGENS DO BAIRRO
NOVA BRASÍLIA

Autora:
Maryjara Pena

Co-autora:
Prof.a Dra Ana Cristina Rocha Silva

Os moradores:
Maria de Lurdes Façanha Guedes,
Antônio José Pereira Barbosa,
Antonino Viegas Gomes,
Jurandir dos Santos Rodrigues,
Maria Rodrigues Ferreira,
Izidio Conceição Queiroz,
Juraci Sales do Nascimento e
Izabel Borges Bezerra.

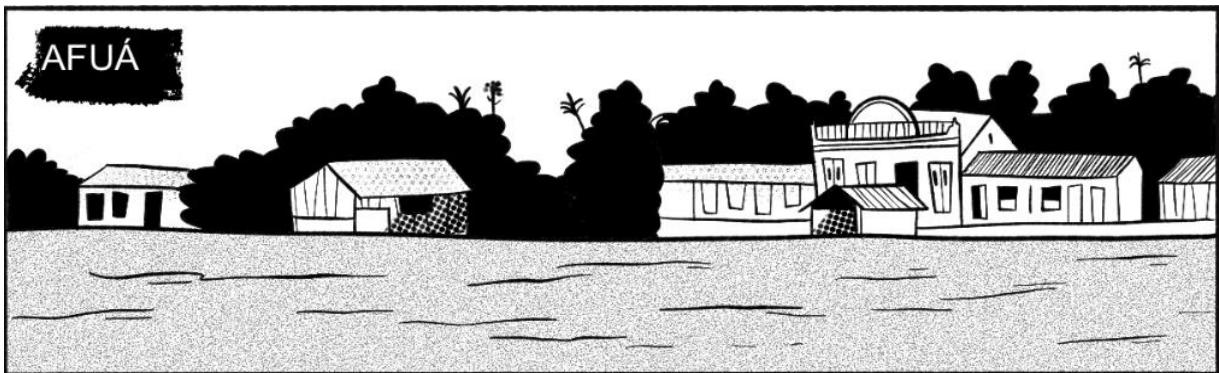
Ilustrações:
Thai Rodrigues



Na década de 1950, a mineradora ICOMI dá início à exploração de manganês no Amapá.







Chegando na vila, o marido de dona Lurdinha arruma uma casa para acomodar sua família.



MULHER! CONSEGUI UM EMPREGO NA BRUMASA!

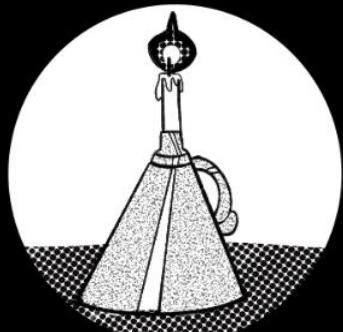
GRAÇAS A DEUS!
NOSSA FAMÍLIA ESTÁ AMPARADA.



Nessa vila além das casinhas, tinha baiucas do seu Mimi e do seu Benhor.



Lá se vendia de tudo e a retalho.



As noites escuras eram iluminadas por lamparinas.

Durante o dia os trabalhos começavam cedo, com as mulheres tirando água do poço.



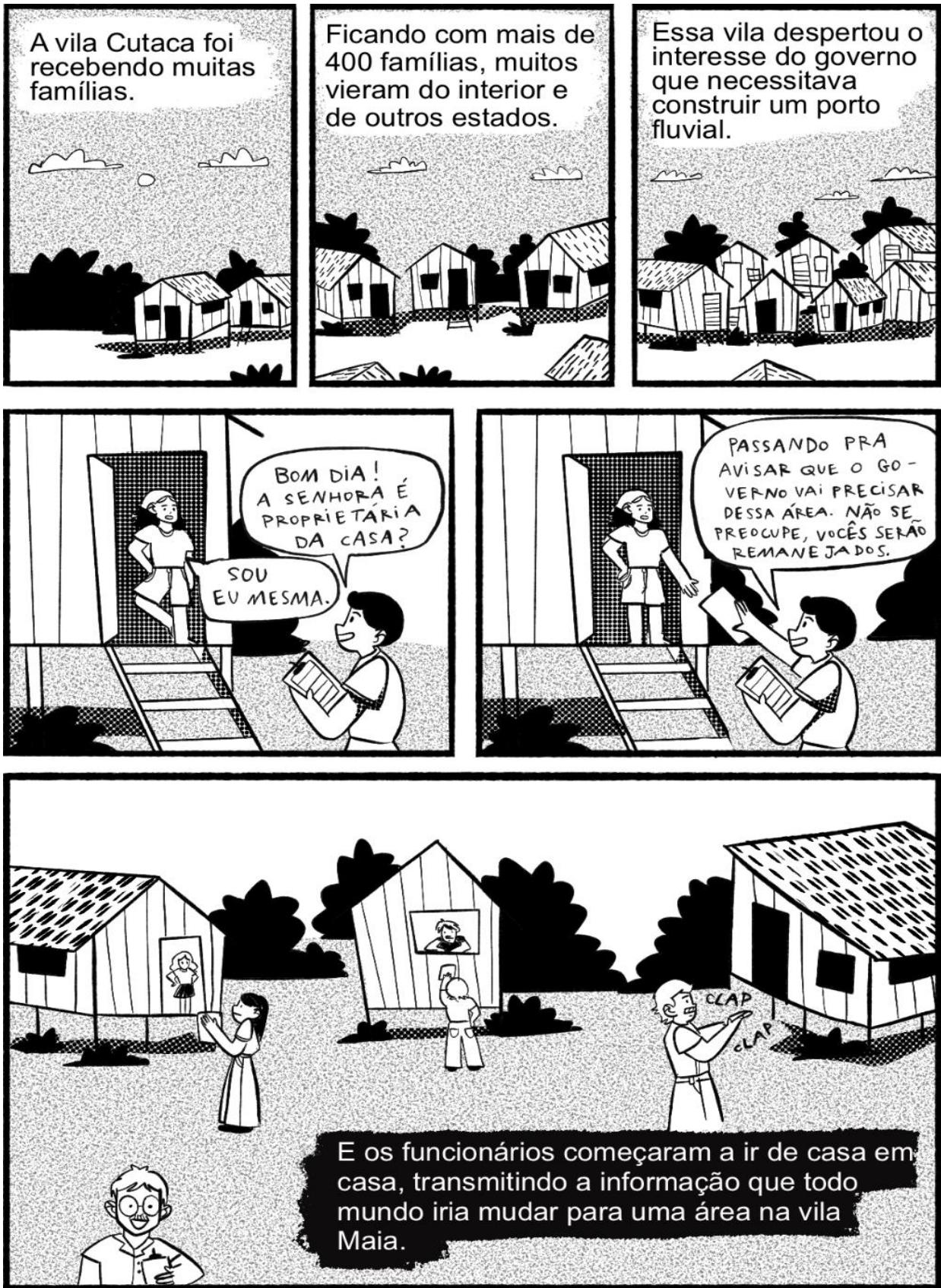
Nos fins de semana a diversão ficava por conta do campo de futebol e dos banhos na beira do rio.



E aos domingos a missa era na capelinha.









Na casa do seu Antonino, o aviso chegou bem antes nos anos de 1967, o pai dele já tinha sido informado que na vila seria construído uma fábrica de celulose.



E no ano de 1977 iniciaram as obras na vila Maia.



Chega o grande dia! No ano de 1978, muitos caminhões da prefeitura começam a derrubar as casas e levar o pessoal para vila Maia. Seu Antônio ficou assustado quando olhou para Cutaca e viu fogo.







Apêndice F
Plano de aula de História para o 9º ano do Ensino Fundamental

Áreas do conhecimento: História.

Título: HQ da vila Cutaca: Uma fonte de pesquisa

Unidade Temática: O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX/Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.

Objeto do Conhecimento: O período varguista e suas contradições A emergência da vida urbana e a segregação espacial.

Habilidades específicas, segundo a BNCC:

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.

Metodologia / Sequência de atividades:

- ❖ Apresentar a temática em uma aula presencial em um *PowerPoint*, relacionado com o governo de Getúlio Vargas e destacando a criação do TFA e a instalação da ICOMI.
- ❖ Apresentar a HQ da vila Cutaca para que os alunos se familiarizem com o gênero textual e possa conhecer uma das histórias de Santana;
- ❖ Em seguida realizar atividades orais para instigá-los a participar e debater sobre alguns conceitos presentes na HQ como: Ocorreu de fato a modernização do TFA e qual foi a importância dos grupos sociais para o desenvolvimento de Santana. E para além disso, o que se deve preservar?

Recursos pedagógicos: HQ da vila Cutaca; quadro, pincel, papel A4, livro didático, vídeos antigos sobre a instalação da ICOMI.

Avaliação: A avaliação, considerando os critérios de participação ativa e realização das atividades de História na aula presencial.

Referência:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

PENA, Maryjara Sanches. **HQ da vila Cutaca.** Macapá, 2023. (Produto educacional da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História/Universidade Federal do Amapá).

Apêndice G
Plano de aula de Língua Portuguesa, História e Geografia
para o 9º ano do Ensino Fundamental

Áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, História e Geografia.

Título: HQ da vila Cutaca.

Unidade Temática/ Objeto do Conhecimento

Língua Portuguesa: Decodificação/fluência de leitura; Estratégias de leitura/ construção do sistema alfabético de ortografia e Pontuação.

História: O lugar em que vive.

Geografia: Povos tradicionais e suas manifestações espaciais.

Habilidades específicas, segundo a BNCC:

(EF01 LP 26) Identificar elementos de uma narrativa lida ou escutada, incluindo personagem, enredo, tempo e espaço.

(EF035LP12) Recorrer ao dicionário para esclarecer dúvidas sobre a escrita de palavras, especialmente no caso de palavras com variações irregulares de grafemas e fonemas.

(EF03LP 07) Identificar a função na leitura e usar na escrita o ponto final, ponto de interrogação, o ponto de exclamação e em diálogos (discurso direto), dois pontos e travessão.

(EF03HII01) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc.

(EF03 GE-AP01) compreender a sua organização dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e outros), locais em particular o Amapá, tendo em vista suas histórias e culturas.

Metodologia/ Sequência de atividades:

- ❖ Apresentar a HQ da vila Cutaca para os alunos e ressaltar os elementos que compõem esse gênero textual como: personagens, balões, cenários, quadrinhos, etc.
- ❖ Em seguida realizar atividades sobre a HQ como: identificar os tipos de balões de fala, autor, personagens, lugar onde se passa a história, observar tirinhas e escrever a história presentes nelas.
- ❖ Realizar leitura coletiva em seguida perguntar se já ouviram falar dessa vila? E do bairro Nova Brasília?

- ❖ Após a leitura coletiva, destacar elementos: à época que se passa a história, vestimenta dos moradores, objetivos, tipos de casas, meios de transporte; oportunidade de empregos;
- ❖ Atividade com uso de dicionário de palavras destacadas pelos estudantes, cujos significados eles não conhecem.
- ❖ Explicação e atividades sobre pontuação a partir dos diálogos presentes na HQ;
- ❖ Realizar atividades sobre desenho do seu bairro ou o caminho até a escola, selecionar atividades de ortografia presentes na HQ, formação de frases;
- ❖ Trabalhar a oralidade dos alunos: apresentar alguns questionamentos: por que os moradores foram transferidos? O que construíram na antiga vila? Por que o porto foi construído? Como estava o novo bairro? Os moradores realizaram alguma benfeitoria no novo bairro?
- ❖ Após esses questionamentos realizar atividades sobre a vila Cutaca, que podem ser: criação de desenhos sobre a cidade atual e fazer comparação sobre os tipos casas, realizar uma produção textual coletiva para que a vila, nessa atividade o professor será o escriba.

Recursos Pedagógicos: HQ da vila Cutaca; quadro, pincel, papel A4, atividades xerocadas, imagens com uso de Datashow ou cartazes com fotografias atuais de Santana.

Avaliação: A avaliação, considerando os critérios de participação ativa e realização das atividades na aula presencial.

Referência:

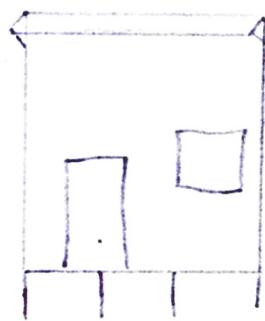
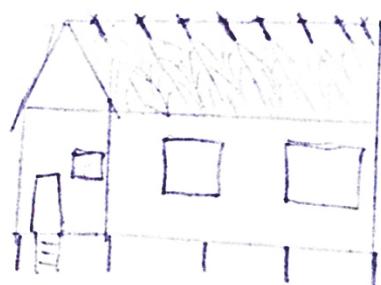
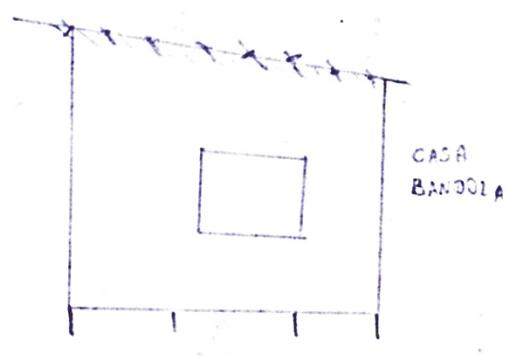
AMAPÁ. **Referencial Curricular Amapaense.** Macapá, 2019.

PENA, Maryjara Sanches. **HQ da vila Cutaca.** Macapá, 2023. (Produto educacional da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História/Universidade Federal do Amapá).

Apêndice H

Croqui da vila Cutaca





- 1 - Casa Panerunho (um comércio e vários apartamentos que alugava - Zé Valente)
- 2 - Oficina e Casa do Merreca,
- 3 - Casa Hernes
- 4 - Comércio e Casa do Benedito
- 5 - Casa da Dona Lapinha (também era um fereiro candlejado)
- 6 - Campo de futebol.
- 7 - Comércio e casa do Sr. Boni
- 8 - ?
- 9 - ?
- 10 - Casa Expedições
- 11 - Casa do Zé da Casa Loura
- 12 - Casa e Batedeira de Açúcar
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20 - Casa Dona Lurdinha
- 21 - Casa - Comércio e Estancia do Sr. Domingos
- 22 - Casa - Comércio e Estancia do Sr. Domingos
- 23 - Casa - Comércio e Estancia do Sr. Domingos
- 24 - 26 - Casas de pescadores (Barrelo e Tiago)
- 25 - Fábrica
- 26 - Estaleiro do Sr. Tenório
- 27 - Estaleiro do Sr. Tenório
- 28 - Armazéns de Diam
- 29 - Igreja Católica (Capela)